



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

RAFAEL BOTELHO DUTRA

**ANÁLISE INTERTEXTUAL DA POLÊMICA EM TEXTOS DE PROTESTO NO
ECOSSISTEMA X**

SÃO LUÍS
2024

RAFAEL BOTELHO DUTRA

ANÁLISE INTERTEXTUAL DA POLÊMICA EM TEXTOS DE PROTESTO NO
ECOSISTEMA X

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade Federal do Maranhão, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Letras.

Área de concentração: Estudos de linguagem e práticas discursivas.

Orientadora: Profa. Dra. Maria da Graça dos Santos Faria.

SÃO LUÍS

2024

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Dutra, Rafael Botelho.

Análise intertextual da polêmica em textos de protesto no ecossistema X / Rafael Botelho Dutra. - 2024.

89 f.

Orientador(a): Maria da Graça dos Santos Faria.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Letras/cch, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2024.

1. Polêmica Pública. 2. Protesto. 3. Intertextualidade. 4. Texto Digital. I. Faria, Maria da Graça dos Santos. II. Título.

RAFAEL BOTELHO DUTRA

ANÁLISE INTERTEXTUAL DA POLÊMICA EM TEXTOS DE PROTESTO NO
ECOSSISTEMA X

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade Federal do Maranhão, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Letras.

Área de concentração: Estudos de linguagem e práticas discursivas.

Orientadora: Profa. Dra. Maria da Graça dos Santos Faria.

Aprovada em: ___/___/_____.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Maria da Graça dos Santos Faria (Orientadora)
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

Profa. Dra. Mônica da Silva Cruz
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

Prof. Dr. Franklin Oliveira Silva
Universidade Estadual do Piauí (UESPI)

Profa. Dra. Marize Barros Rocha Aranha (Suplente)
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

À Democracia e a todos aqueles que a cultivam.

À Graça Faria, por seu compromisso e carinho
com a pesquisa em Linguística Textual.

À Mônica Cavalcante, pela sua contribuição tão
valiosa para os estudos em Linguística Textual.

A Alex, meu grande companheiro.

Às minhas amigas, Talli, Kathi e Jéssica, por tudo e tanto.

À minha família.

AGRADECIMENTOS

À minha mãe e ao meu pai, Nilde e Arão, pelo apoio, pelo amor e por me fazerem acreditar que seria possível conquistar meus sonhos por meio dos estudos.

Aos meus irmãos, Rodrigo e Rafaely, pelo laço forte e infinito que nos une.

Ao meu companheiro de todos os momentos, Alex, pela sua amizade, pelo seu amor e pelo seu incansável incentivo para me ver crescer na vida acadêmica.

Ao meu avô Walter (*in memoriam*), pelo afeto e estímulo e por continuar sendo uma inspiração para mim.

Ao meu avô Nestor (*in memoriam*), por tudo o que fez para que eu pudesse trilhar o caminho dos estudos.

Às minhas amadas avós, Neuza e Morena, pelas vezes em que me ajudaram a encarar a caminhada da vida acadêmica com mais facilidade. Não há palavras para descrever o sentimento de gratidão que transborda dentro de mim.

À minha querida orientadora, professora Graça Faria, pela disposição para orientar esta pesquisa e, principalmente, por ter sido uma luz na minha vida.

À Mônica Magalhães Cavalcante (*in memoriam*), pela sua capacidade de ouvir o outro e orientar a possíveis caminhos. Esta pesquisa, que teve sua orientação, celebra seu legado nos estudos da Linguística Textual.

À Mariza Brito, pela oportunidade que me deu de apresentar o projeto desta dissertação em uma de suas aulas do mestrado e pelas suas contribuições que ajudaram a definir os rumos percorridos na pesquisa.

Às minhas amigas, Talli, Kathi e Jéssica, pelas conversas, pelos risos e por todos os momentos em que me fizeram sentir fortalecido.

Ao meu amigo especial, Bruno, pela amizade e pelas conversas tão pertinentes que temos desde a época da graduação.

Ao amigo que ganhei na pesquisa, Ozeias, pela parceria e por ter me ajudado a encontrar várias referências que compõem esta pesquisa.

Aos professores da minha banca examinadora, professor Franklin Oliveira e professora Mônica Cruz, por terem aceitado participar da minha qualificação e da minha defesa, e pelas contribuições que foram importantes para finalizar esta dissertação.

À querida professora Marize Barros Rocha Aranha, pelo seu carinho e incentivo e pela sua disposição em fazer parte da minha banca como membro suplente.

Ao meu amado grupo de pesquisa em Linguística Textual, GEPOT, pelas trocas de conhecimento, pelos diálogos tão amistosos e construtivos e pelas reflexões que contribuíram para o meu trabalho.

Aos professores que tive no PGLetras, por terem contribuído para o meu desempenho como pesquisador na área de Letras.

À Universidade Federal do Maranhão, por ter sido novamente a minha segunda casa.

A todos os pesquisadores que me auxiliaram nesta pesquisa por meio de seus textos nos estudos sobre argumentação, polêmica, intertextualidade, protesto e texto.

Agradeço a todos aqueles que atravessaram o meu caminho e que, de alguma maneira, fizeram parte da minha história no mestrado.

Muito obrigado!



LISTA DE FIGURAS

Exemplo (1) – Citação.....	29
Exemplo (2) – Alusão ampla.....	33
Exemplo (3) – Projeto de Lei Ana Benevides.....	60
Exemplo (4) – Protesto contra ato transfóbico sofrido por Erika Hilton.....	62
Exemplo (5) – O caso envolvendo a morte do estudante Carlos Teixeira.....	64
Texto (1) – Tuíte sobre a vinda de Maduro ao Brasil.....	72
Texto (2) – Tuíte sobre Maduro e Lula.....	75
Texto (3) – Tuíte sobre dois Brasis.....	77
Texto (4) – Tuíte sobre o PL 1904/24.....	80

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Classificação das intertextualidades estritas e amplas.....	28
Quadro 2 – Aspectos envolvidos na interação digital.....	37
Quadro 3 – As funções da polêmica pública.....	50
Quadro 4 – A dinâmica do texto de protesto.....	66

RESUMO

O confronto verbal é um fenômeno recorrente em sociedades com sistema político democrático, pois é esse sistema que autoriza o desenvolvimento de polêmicas públicas, que, por sua vez, desecandea o agrupamento de indivíduos em ações de protesto. Nesse contexto, dada a importância e as possibilidades de interação na rede social X, o protesto contemporâneo tem utilizado esse ecossistema como palco de ações coletivas para reforçar as motivações pelas quais os sujeitos participam desse movimento social. O texto, que nessa mídia se constitui pela multimodalidade e pela relação entre linguagem e tecnologia, ganha características distintas dos textos de protestos de rua. Assim, temos como objetivo principal desta dissertação analisar a intertextualidade na polêmica a partir de textos de protesto produzidos no ecossistema X. Para tanto, mobilizamos e alinhamos noções de diferentes disciplinas que respaldam os critérios analíticos deste estudo. No âmbito da Linguística Textual, recorreremos a estudos desenvolvidos por pesquisadores do grupo Protexito (Cavalcante *et al.*, 2020, 2022; Carvalho, 2018; Costa, 2024; Muniz-Lima, 2022, 2024) para analisar as intertextualidades estritas e a alusão ampla na tecnodiscursividade, bem como a confluência entre linguagem e tecnologia em textos digitais nativos. Com a Teoria da Argumentação no Discurso, utilizamos a noção de polêmica pública defendida por Amossy (2017), que concebe o protesto como função social da polêmica no campo da comunicação verbal, possibilitando-nos a análise intertextual das motivações do protesto, que, no que lhe concerne, são caracterizadas pela Psicologia Social do Protesto (Klandermans, 2015; Stekelenburg; Klandermans, 2023). Metodologicamente, desenvolvemos uma pesquisa de natureza hipotético-dedutiva, tendo em vista que se trata de uma investigação que se origina a partir da ausência de análises intertextuais em estudos sobre a polêmica em textos de protesto, e de natureza qualitativa e descritiva, pois fazemos a descrição e interpretação de quatro textos selecionados na rede social X que foram produzidos nos contextos polêmicos sobre a vinda de Nicolás Maduro ao Brasil em 2023, sobre o show da Madonna em Copacabana em maio de 2023 e sobre o PL 1904/24. Os resultados apontam que, diante de um cenário tecnodiscursivo no desenvolvimento de protestos em polêmicas, a intertextualidade reforça as reivindicações, as identidades e os sentimentos dos sujeitos que participam de práticas discursivas de protesto na rede social X, a fim de desqualificar o alvo da manifestação e disseminar a ação coletiva nesse ecossistema digital.

Palavras-chave: Polêmica Pública; Protesto; Intertextualidade; Texto digital.

RESUMEN

La confrontación verbal es un fenómeno recurrente en sociedades con un sistema político democrático, pues es este sistema el que autoriza el desarrollo de controversias públicas, lo que, a su vez, desencadena la agrupación de individuos en acciones de protesta. En este contexto, dada la importancia y posibilidades de interacción en la red social X, la protesta contemporánea ha utilizado este ecosistema como escenario de acciones colectivas para reforzar las motivaciones por las que los sujetos participan en este movimiento social. El texto, que en este medio está constituido por la multimodalidad y la relación entre lenguaje y tecnología, adquiere características diferentes a los textos de protesta callejera. Así, el principal objetivo de esta disertación es analizar la intertextualidad en la controversia a partir de textos de protesta producidos en el ecosistema X. Para ello, movilizamos y alineamos nociones de diferentes disciplinas que sustentan los criterios analíticos de este estudio. En el ámbito de la Lingüística Textual, utilizamos estudios desarrollados por investigadores del grupo PROTEXTO (Cavalcante et al., 2020, 2022; Carvalho, 2018; Costa, 2024; Muniz-Lima, 2022, 2024) para analizar intertextualidades estrictas y alusiones amplias en tecnodiscursividad, así como la confluencia entre lenguaje y tecnología en textos nativos digitales. Con la Teoría de la Argumentación en el Discurso, utilizamos la noción de controversia pública defendida por Amossy (2017), quien concibe la protesta como una función social de la controversia en el ámbito de la comunicación verbal, lo que nos permite realizar un análisis intertextual de las motivaciones de protesta. Las cuales, en lo que os concierne, se caracterizan por la Psicología Social de la Protesta (Klandermans, 2015; Stekelenburg; Klandermans, 2023). Metodológicamente desarrollamos una investigación de carácter hipotético-deductivo, considerando que es una investigación que se origina en la ausencia de análisis intertextuales en los estudios sobre la controversia en los textos de protesta, y de carácter cualitativo y descriptivo, ya que realizamos la descripción e interpretación de cuatro textos seleccionados en la red social X que fueron producidos en los contextos polémicos sobre la llegada de Nicolás Maduro a Brasil en 2023, sobre el show de Madonna en Copacabana en mayo de 2023 y sobre PL 1904/24. Los resultados indican que, frente a un escenario tecnodiscursivo en el desarrollo de las protestas en controversias, la intertextualidad refuerza las reivindicaciones, identidades y sentimientos de los sujetos que participan de prácticas discursivas de protesta en la red social X, con el fin de descalificar al destinatario de la manifestación y difundir la acción colectiva en este ecosistema digital.

Palabras clave: Controversia pública; Protesta; Intertextualidad; Texto digital.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 TEXTO E INTERAÇÕES TECNOLINGUAGEIRAS	20
2.1 A noção de texto em Linguística Textual	21
2.1.1 <i>As intertextualidades estritas e a alusão ampla</i>	26
2.2 A interatividade e os sistemas semióticos na interação digital	34
3 POLÊMICA E SUA FUNÇÃO DE PROTESTO	40
3.1 A modalidade argumentativa polêmica	41
3.2 As funções sociais da polêmica	50
3.3 As motivações do protesto	55
4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	68
4.1 Caracterização da pesquisa	68
4.2 Delimitação do universo e da amostra	69
4.3 Procedimentos de coleta e de análise de dados	70
4.4 Análise intertextual da polêmica em textos de protesto no ecossistema X .71	
4.4.1 <i>Instrumentalidade</i>	72
4.4.2 <i>Identidade</i>	76
4.4.3 <i>Expressividade e emoções</i>	80
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	83
REFERÊNCIAS	85

1 INTRODUÇÃO

O movimento social de protesto é uma parte fundamental para as decisões e as relações humanas. No Brasil, por exemplo, desde a década passada temos assistido a uma onda de protestos envolvendo a participação de milhares de pessoas: podemos citar as 3 milhões de pessoas, segundo a mídia, que foram às ruas pedir o impeachment da então presidenta Dilma Roussef em março de 2016, resultado dos esforços do “Movimento Vem pra Rua”, fundado em 2014. Podemos citar, também, a greve dos caminhoneiros que começou em maio de 2018 e terminou em junho do mesmo ano, paralisando e bloqueando rodovias de 24 estados mais o Distrito Federal, e outro exemplo é o “Tsunâmi da Educação”, que foram os protestos estudantis que aconteceram nos meses de maio e agosto de 2019 contra decisões do Governo Bolsonaro na área da educação básica e superior.

Esse espaço de constantes protestos demonstra que o Brasil é um país democrático que autoriza o conflito, a divergência, o debate, as diferenças, isto é, a polêmica. Mas, embora os espaços físicos ainda se apresentem como ambientes convidativos, as ações coletivas no Brasil têm utilizado as redes sociais digitais como repertórios para o movimento social de protesto. Ou seja, o mundo virtual, visto outrora apenas como um lugar para o entretenimento e o trabalho, passa a ser um espaço para a formação e difusão de manifestações.

Um grande marco histórico que ajudou a definir a força da mídia digital na ação coletiva de protesto ocorreu na chamada “Primavera Árabe”, mobilização social iniciada no final do ano de 2010 – uma série de protestos antigovernamentais no mundo árabe organizada na internet. No Brasil, o uso de redes sociais em protestos ganhou grande repercussão com as “Jornadas de Junho” em 2013, o que contribuiu para mobilizar manifestações em mais de quinhentas cidades brasileiras e em todas as regiões do país, tendo como foco diversas pautas de interesse coletivo (tarifa zero no transporte público, maior investimento em serviços públicos, reivindicações trabalhistas etc.).

Nesses novos repertórios da ação coletiva, os indivíduos dispõem de inúmeras possibilidades para manifestar suas reivindicações, suas indignações, suas identidades etc., o que promove novas configurações para o texto de protesto.

Sabemos que, no protesto de rua, por exemplo, é recorrente o uso de cartazes, de faixas e de panfletos, mas, atualmente, com a descoberta do potencial das mídias digitais, os indivíduos ampliam os elementos que constituem o texto de protesto, bem como percebem a visibilidade que o espaço digital dá à ação coletiva.

Nesta pesquisa, que assume a noção de texto como evento comunicativo (Cavalcante *et al.*, 2022), consideramos pertinente compreender a polêmica em textos de protesto a partir dos diálogos intertextuais. Entretanto, no cenário acadêmico brasileiro, não há estudos, na Linguística Textual (doravante LT), que tenham considerado a análise da polêmica em sua função social de protesto, além disso, poucos são os trabalhos que analisam o protesto no campo da linguagem.

Macedo (2018) apresenta um estudo em que a polêmica é analisada a partir de critérios da Linguística Textual. Nessa pesquisa, os meios de textualização são analisados na inscrição da argumentatividade em textos que tratam de questões polêmicas, mas, apesar de ser uma pesquisa que contribui para a noção de argumentação que sustentamos nesta dissertação, a autora não faz uma análise dos critérios textuais na função social de protesto da modalidade argumentativa polêmica.

Ainda na área de pesquisas da LT, Cavalcante, Pinto e Brito (2018) refletem sobre as formas em que a polêmica se manifesta em textos de natureza política, utilizando critérios analíticos da Linguística textual para a análise dos procedimentos argumentativos presentes nesses textos. Embora esse estudo analise textos que tratam sobre a destituição do ex-presidente Michel Temer, o foco da análise não recai sobre a textualização da polêmica em protesto, uma vez que as autoras buscam demonstrar a forma em que a intertextualidade e a referenciação contribuem para atualizar a polêmica, dentre outros aspectos que definem essa modalidade argumentativa. Por sua vez, Dutra e Faria (2022) analisam o traço de desqualificação do adversário na polêmica a partir da intertextualidade em tuítes que fazem uso de hashtag. Os autores utilizam um *corpus* em que é possível apontar para a função de protesto da polêmica, mas se detêm à reflexão dos tipos de argumento *ad hominem* por meio da mobilização de categorias de textualização que o locutor faz para desqualificar o outro no confronto verbal.

Na Análise do Discurso, Venturini (2016) analisa o discurso de protesto a

partir do corpo como objeto simbólico, pois, para a autora, mais do que um objeto discursivo, o corpo-memória instaura efeitos de sentidos de movimentos em discurso pela língua na história. Já Pinheiro e Vargas (2010), no âmbito de estudos linguísticos voltados para o ensino, desenvolvem uma reflexão no âmbito do ensino-aprendizagem de Língua Portuguesa, considerando a importância das canções de protesto para o desenvolvimento do pensamento crítico no aluno. E nos estudos dos gêneros textuais, Barbosa (2009) elaborou uma pesquisa sobre o protesto e seus suportes, dando ênfase à organização gráfica do protesto escrito em que o aspecto linguístico é realçado em diferentes suportes. A autora analisa, ainda, a modalidade oral do protesto, apontando as diferenças dessa modalidade em relação à modalidade escrita nas ações de protesto. Assim, a autora trabalhou com gênero, entretanto, sua investigação teve como foco os suportes materiais dos textos de protesto, e não das particularidades que definem o texto.

Reconhecemos a contribuição de muitas dessas pesquisas para este trabalho, mas salientamos que nosso foco recai sobre o fenômeno da intertextualidade na análise da polêmica pública em textos de protesto a partir de aspectos tecnológicos e linguageiros no espaço digital on-line, pois partimos das seguintes questões que nortearam a pesquisa: 1) Na rede social X, como a relação entre textos contribui para a construção de sentidos em textos de protesto produzidos em contexto de polêmicas públicas? e 2) Que aspectos tecnolinguageiros reforçam a função social de protesto da polêmica no ecossistema X?

Partindo desses questionamentos, definimos como objetivo geral analisar a intertextualidade na polêmica a partir de textos de protesto produzidos na rede social X. Como objetivos secundários, definimos: a) Identificar as características da modalidade argumentativa polêmica em textos de protesto; b) Investigar as relações intertextuais estritas e a alusão ampla na produção de sentidos que corroboram com as motivações em textos de protesto na rede social X; e c) Descrever os aspectos linguageiros e tecnológicos que reforçam a interação na ação coletiva de protesto no ecossistema X.

Para que esses objetivos fossem alcançados, mobilizamos e alinhamos noções de diferentes disciplinas que respaldam os critérios analíticos deste estudo. No âmbito da Linguística Textual, recorreremos a estudos desenvolvidos por

pesquisadores do grupo Protexto¹ (Cavalcante *et al.*, 2020, 2022; Carvalho, 2018; Costa, 2024; Muniz-Lima, 2022, 2024) para analisar as intertextualidades estritas e a alusão ampla na tecnodiscursividade, bem como a confluência entre linguagem e tecnologia em textos digitais nativos. Esses autores defendem uma noção de texto que nos permite fazer uma análise da polêmica em textos de protesto para além de aspectos puramente linguísticos de natureza morfossintática e lexical, tendo em vista que considerar o texto como unidade máxima de funcionamento da língua é levar em conta que essa unidade de sentido opera em contextos comunicativos, o que a determina como língua em funcionamento a partir de uma multiplicidade de fatores linguísticos, interacionais, discursivos, sociais e tecnológicos.

Com a Teoria da Argumentação no Discurso (doravante TAD), utilizamos a noção de polêmica pública (Amossy, 2017), que consiste em um fenômeno social e discursivo que se caracteriza em uma ancoragem conflitual (dicotomização, polarização social e desqualificação do adversário), analisada no campo da comunicação verbal. Ruth Amossy defende que a coexistência no dissenso é a função global da polêmica, mas aponta para outras funções que essa modalidade argumentativa pode desempenhar no espaço público democrático, dentre essas funções a autora destaca a função social de protesto, que, apesar de ser identificada em sua obra *Apologia da Polêmica*, não recebe uma explicação bem detalhada sobre o que caracteriza a ação coletiva dessa função da polêmica pública.

Desse modo, para reforçar as breves explicações da analista do discurso, construímos um diálogo entre a TAD e a Psicologia Social do Protesto (doravante PSP) para definirmos com maior clareza a noção de protesto utilizada nesta pesquisa e as motivações que levam as pessoas a se engajarem nas ações coletivas. Assim, os diálogos intertextuais são observados na polêmica em textos produzidos por internautas na rede social X, a fim de investigarmos os sentidos construídos que reforçam as motivações presentes no movimento de protesto.

Para além desta parte introdutória, esta dissertação está estruturada da seguinte maneira:

¹ Grupo brasileiro de pesquisa em Linguística Textual fundado pela Profa. Dra. Mônica Magalhães Cavalcante e liderado atualmente pela Profa. Dra. Mariza Angélica Paiva Brito.

O capítulo “Texto e interações tecnolinguageiras” aborda as noções de texto que acompanharam o desenvolvimento das pesquisas na Linguística Textual até chegarmos à noção de texto como evento comunicativo, que agrega, para além da materialidade verbal, inúmeros aspectos que contribuem para a constituição dos sentidos em contexto. Além disso, discutimos a importância da noção de língua para a noção que se tem de texto na LT, tendo em vista que essa reflexão nos possibilita analisar textualmente a função de protesto da polêmica. Ainda neste capítulo, apresentamos a categoria intertextualidade para explicar a ocorrência das relações estritas e da alusão ampla no espaço digital on-line, e destacamos os aspectos tecnolinguageiros classificados por Muniz-Lima (2022, 2024) na análise de textos produzidos em interação digital.

No capítulo “Polêmica e sua função de protesto”, discutimos sobre a noção de argumentação da Teoria da Argumentação no Discurso e sua contribuição para os estudos em LT. Também apresentamos o conceito de modalidade argumentativa polêmica para tratarmos da ancoragem conflitual e da função social de protesto dessa modalidade. E, para uma melhor definição da noção de protesto trabalhada nesta dissertação, fazemos alguns esclarecimentos teóricos a partir de contribuições da Psicologia Social do Protesto no que diz respeito aos motivos que levam o sujeito a participar de ações coletivas. Durante esse percurso teórico, indicamos os nossos interesses e o que utilizamos dessas teorias na abordagem textual que fazemos para compreender a dinâmica de funcionamento da polêmica em textos de protesto produzidos na rede social X.

No quarto capítulo, apresentamos a metodologia adotada nesta pesquisa, desde a caracterização com o método hipotético-dedutivo, tendo em vista que se trata de uma pesquisa que se origina a partir da ausência de análises intertextuais em estudos sobre a função de protesto da polêmica, até a natureza qualitativa utilizada para a descrição e a interpretação dos dados. Também apresentamos o ecossistema em que selecionamos os textos e os critérios de inclusão dos dados que constituem o *corpus* do estudo.

Ainda no quarto capítulo, fazemos a análise intertextual da polêmica em textos de protesto no ecossistema X. Para tanto, utilizamos quatro textos para analisar a categoria de textualidade selecionada neste estudo, considerando, ainda, as

propriedades tecnológicas e linguageiras utilizadas na produção desses textos na rede social X. Esses aspectos são analisados levando em conta a interação e os sentidos produzidos por locutores para reforçar as motivações do protesto na polêmica pública.

Por fim, apresentamos nossas considerações finais, ponderando os principais achados deste estudo, e as referências utilizadas que fundamentam nossa investigação.

2 TEXTO E INTERAÇÕES TECNOLINGUAGEIRAS

Todas as interações humanas, sejam elas mediadas ou não pelas tecnologias digitais, se dão no e pelo texto. Nesse sentido, a produção, a circulação e a interpretação dessa unidade de sentido constituem as polêmicas que se manifestam nas ações coletivas de protesto, pois, segundo Marcuschi (2008), o texto é a unidade máxima de funcionamento da língua².

Não seria, pois, concebível uma pesquisa sobre a função social de protesto da polêmica em que o texto é considerado apenas a partir de seus constituintes puramente linguísticos de natureza morfossintática e lexical. Ou seja, as motivações do protesto ficariam limitadas a esses aspectos linguísticos. Entretanto, considerar o texto como unidade máxima de funcionamento da língua é levar em conta que essa unidade opera em contextos comunicativos, o que a determina como língua em funcionamento a partir de uma multiplicidade de fatores.

É a partir dessa perspectiva que o texto vem sendo tratado nas análises da Linguística Textual praticada pelo grupo Prottexto. Nesses estudos, a construção de sentidos vem sendo observada por meio dos elementos metadiscursivos, pela presença de marcas de heterogeneidade enunciativa, pelas redes referenciais, pelos processos intertextuais, dentre outras categorias de textualidade. Reconhecemos, portanto, que o critério analítico da LT, selecionado neste estudo (a intertextualidade), contribui para explicar o funcionamento da polêmica em textos de protesto a partir dos diversos recursos de que se pode valer o locutor para produzir sentidos e evidenciar suas motivações na ação coletiva de protesto no ecossistema X.

Destacamos, ainda, que as interações digitais deram ao texto novos elementos que constituem sua unidade de sentido em contexto. Para o protesto contemporâneo, por exemplo, esses novos elementos se provam eficientes na ação coletiva, pois, pela fluidez dos textos no espaço digital on-line, as queixas, os pontos de vista, as reivindicações etc. ganham um rápido alcance de um público diversificado dentro e fora das redes sociais, já que logo são publicizados pelas mídias digitais e pelas mídias de comunicação mais tradicionais.

² O autor considera o texto não como uma unidade do tipo das unidades formais da língua. Segundo ele, “trata-se de uma unidade funcional (de natureza discursiva). Isto não significa que o texto deva ter este ou aquele tamanho para ser um texto. A unidade não é de caráter formal e sim funcional” (p. 88).

Neste capítulo, para situar a noção de texto que utilizamos nesta dissertação, apresentamos o desenvolvimento do conceito de texto na Linguística Textual, mostrando que esse conceito se relaciona diretamente à noção que se tem de língua. Destacamos, ainda, o impacto das tecnologias digitais on-line para a noção mais atual de texto e de contexto na LT, dando ênfase à importância da discussão em torno da ideia de ecossistema nas pesquisas que envolvem textos digitais nativos. Em seguida, apresentamos o critério textual, a intertextualidade, utilizado na análise, para, por fim, tratamos dos aspectos tecnológicos e linguageiros que compõem as interações que ocorrem no espaço digital on-line.

2.1 A noção de texto em Linguística Textual

A Linguística Textual é uma disciplina que tem o texto como objeto de estudo. Durante sua trajetória, essa disciplina deu ao texto variadas concepções: frase complexa, signo complexo, expansão tematicamente centrada de macroestruturas, ato de fala complexo, produto acabado de uma ação discursiva, meio específico de comunicação verbal, processo que mobiliza operações e processos cognitivos, e lugar de interações entre atores sociais e de construção interacional de sentidos (Koch, 2017).

Ao tratarmos de concepções de texto, destacamos a importância da noção que se tem de língua para fundamentar essas concepções. Segundo Marcuschi (2008), os estudiosos do texto admitiram a língua como forma ou estrutura (visão formalista³), como instrumento (visão assumida pela teoria da comunicação⁴), como atividade cognitiva (visão cognitivista⁵) e como atividade sociointerativa situada (visão que reconhece a importância de aspectos históricos e discursivos⁶).

Nesta pesquisa, apoiamo-nos nessa noção de língua enquanto atividade sócio-histórica, para a qual convergem fatores cognitivos, históricos, sociais e

³ Observa a língua a partir de um conjunto de regras, que constitui uma organização, um sistema, uma estrutura (Martelotta, 2017).

⁴ Essa visão concebe a língua como um ato de comunicação em que há o objetivo de transmissão de informações entre um transmissor e um receptor (Santee; Temer, 2011).

⁵ Considera a língua como o reflexo de princípios inatos e autônomos em relação a outras formas de conhecimento (Martelotta, 2017).

⁶ Concebe a língua como um conjunto de práticas sociais e cognitivas historicamente situadas (Marcuschi, 2008).

interacionais. Nessa concepção, a língua é vista:

[...] em seu funcionamento social, cognitivo e histórico, predominando a ideia de que o sentido se produz situadamente e que a língua é um fenômeno encorpado e não abstrato e autônomo. Nesse caso, não se deixa de admitir que a língua seja um sistema simbólico, contudo ela é tomada como uma atividade sociointerativa desenvolvida em contextos comunicativos historicamente situados. (*ibidem*, p. 60-61).

Partindo dessa visão de língua, consideramos que a produção e a compreensão de qualquer texto mobilizam, consoante Cavalcante (2018), conhecimentos linguísticos e outros tipos de conhecimentos adquiridos com as experiências sociais do sujeito, que o tornam apto a agir nas variadas situações da vida cotidiana. Vale destacar, ainda, que essa noção de língua e de texto, que admitimos neste estudo, nos possibilitam uma análise da polêmica que se desenvolve nas relações textuais de sujeitos inseridos em práticas discursivas de movimentos sociais de protesto.

Essa breve contextualização da noção de língua e de texto nos ajudam a compreender o objeto da LT em seu momento atual. Entretanto, em sua fase inicial, a LT voltava-se para a análise dos mecanismos interfrásticos, que são elementos que constituem o sistema gramatical da língua, dando ênfase aos aspectos sintático-semânticos entre enunciados do texto (Bentes, 2007). Além disso, inspirados nas gramáticas da frase, os linguistas com formação gerativista propuseram a construção de gramáticas de texto ainda nessa primeira fase da LT. Com essas gramáticas, buscava-se determinar os princípios de constituição do texto, bem como os fatores responsáveis pela sua coerência, a delimitação de textos e as várias espécies de textos.

Com a virada pragmática, na metade da década de 1970, a LT passa a considerar o texto a partir da ideia de funcionamento nos processos comunicativos, com as análises se estendendo do texto para o contexto. Mas é somente a partir da década de 1980 que os estudos do texto passam a contemplar os processos de ordem cognitiva, pressupondo que, na construção de sentidos, os parceiros da comunicação ativam saberes que são acumulados a partir dos diversos tipos de atividades sociais (Koch, 2017).

Essa última noção de texto, apesar de enriquecer a compreensão em torno da construção de sentidos entre os participantes da comunicação, não nos seria útil para trabalhar com o texto de protesto produzido no contexto digital, já que ela propõe a separação entre os processos mentais e os processos fora da mente. Não partilhamos, pois, da ideia de que as operações textuais se deem apenas na cabeça dos indivíduos, visto que podemos observar que essas operações se constituem, também, a partir de elementos fora da mente.

Para atender aos objetivos desta pesquisa, a perspectiva sociocognitivo-interacionista se apresenta como a mais adequada, uma vez que essa noção compreende que toda construção de sentidos se dá em um processo de interação entre sujeitos que partilham de conhecimentos, mesmo nos casos em que não há acordo sobre determinada questão. Indo de encontro a essa perspectiva, Cavalcante (2018) reconhece que o texto é balizado pela noção de interação, uma vez que essa unidade de sentido acontece como um evento e se constitui a partir do contexto sociocomunicativo, histórico e cultural.

Reconhecemos, desse modo, que toda atividade textual não é um ato individual e independente, ela acontece em um processo interacional da língua, o que nos leva a admitir o dialogismo⁷ como constitutivo dessa atividade. Assim, Koch (2017, p. 43-44) destaca que:

Se, inicialmente, quando das análises transfrásticas, o contexto era visto apenas como cotexto, tendo, quando da introdução da pragmática, passado a abranger primeiramente a situação de comunicação e, posteriormente, o entorno sócio-histórico-cultural, representado na memória por meio de modelos cognitivos, ele passa a construir agora a própria interação e seus sujeitos.

A partir da noção de texto mais atual, as pesquisas brasileiras, realizadas na área da Linguística Textual, analisam as propriedades que definem o texto, tomando essa unidade de sentido como um evento concreto⁸ a partir de um conjunto de sistemas semióticos de que se vale o sujeito para agir nas diversas atividades da vida diária. Ainda compartilhamos com a perspectiva de Beaugrande (1997) no que

⁷ Na interação, há sempre um sujeito que enuncia e projeta um outro para quem está direcionando os sentidos pretendidos, por isso encaramos o texto como dialógico (Cavalcante *et al.*, 2022).

⁸ Na LT brasileira, há uma equivalência entre a noção de texto e a noção de enunciado concreto defendida por Bakhtin (2011).

diz respeito às ações linguísticas, cognitivas e sociais como aspectos que constituem o texto, mas, consoante Cavalcante *et al.* (2019), utilizamos uma abordagem interacional-discursiva para compreender a construção e a interpretação do texto como fenômeno complexo, dinâmico e multifacetado que acontece em uma interação particular.

O texto é, portanto, um evento, pois ele acontece cada vez que se enuncia, de maneira única e irrepetível, de modo que um mesmo texto produzido ou lido em situações enunciativas distintas pode se encaminhar para sentidos igualmente distintos, em função de inúmeros aspectos da interação. (Muniz-Lima, 2024, p. 79).

Bem distantes daquela noção de texto enquanto unidade observável só por meio de sua forma, não estamos utilizando uma análise textual limitada à materialidade física de elementos verbais. Isso nos impossibilitaria de compreender o funcionamento da polêmica em textos digitais de protesto devido sua complexidade. Além disso, ao tratarmos de textos digitais nesta pesquisa, adotamos uma noção ampla de contexto, tendo em vista, por exemplo, que o ambiente ecológico, noção formulada por Paveau (2022), gera o texto a partir de aspectos humanos e tecnológicos relacionados na interação, juntamente com os valores, as crenças, as identidades sociais etc. dos participantes da comunicação.

O contexto não se reduz, portanto, nem somente aos fatos, valores e crenças presentes na memória discursiva dos grupos sociais, nem somente à situação imediata da interação que dá uma sensação de presentificação do texto, mas à conjunção desses aspectos que, ao emergirem no acontecimento textual, são incorporados aos sentidos que os participantes da comunicação vão recriar. (Cavalcante *et al.*, 2022, p. 29).

Além de conceber o contexto de forma ampla, a Linguística Textual, segundo Adam (2019), também se volta à investigação sobre como o texto se apresenta em determinado contexto e como ocorre sua interpretação, a partir do pressuposto de que há sempre uma orientação argumentativa coconstruída entre os parceiros da comunicação. Nesta pesquisa, tomamos a argumentação como um aspecto que constitui toda interação humana, pois em toda interação há sempre uma tentativa de influenciar o outro.

Nesse sentido, entendemos que, mesmo que o locutor não defenda explicitamente uma tese, ele ainda, no evento textual, compartilha de um ponto de

vista na tentativa de agir sobre o outro em alguma medida. Segundo Cavalcante *et al.* (2020), a LT não se propõe a construir uma teoria da argumentação, mas parte da argumentação como “uma motivação para a análise de diversas estratégias de organização textual”. Nesse sentido, a argumentação não depende da sequência composicional de um texto, pois a argumentatividade no texto é um aspecto da textualidade. Desse modo, concebemos o diálogo entre textos como um critério de textualidade que reforça os pontos de vista do locutor e sua relação com crenças, valores e posicionamentos, daí sua importância para este estudo na análise da polêmica em textos de protesto.

Assim, dentre as várias teorias da argumentação existentes, destacamos que a Teoria da Argumentação no Discurso, de Ruth Amossy, é a que mais se aproxima dos pressupostos argumentativos assumidos atualmente pela LT brasileira, e com a qual nos filiamos nesta pesquisa, em especial para a análise do texto digital de protesto situado na função social de protesto da modalidade argumentativa polêmica.

A partir dessa reflexão, apresentamos a noção de texto e sua relação com as noções de língua e de contexto que utilizamos nesta pesquisa. A própria natureza do texto de protesto no ambiente digital nos direciona a uma visão de língua enquanto atividade social e cultural que se desenvolve em uma interação, bem como a uma noção de texto enquanto evento singular, que acontece de maneira única e irrepetível operando por meio de uma orientação argumentativa. Isso também nos leva a considerar o contexto como um processo que abrange aspectos enciclopédicos, interacionais, humanos e não humanos (tecnológicos).

Para a análise do *corpus* desta investigação, utilizamos uma das categorias analíticas da LT que nos ajuda a compreender a mobilização de estratégias do locutor para gerar sentidos e evidenciar suas motivações em ações coletivas de protesto na polêmica pública: a intertextualidade. Essa categoria de textualidade, apresentada no subtópico a seguir, evidencia que é no acontecimento textual que a função social de protesto da polêmica se efetiva, seja pelas relações estritas ou pela alusão ampla.

2.1.1 As intertextualidades estritas e a alusão ampla

A concepção de que os textos estabelecem diálogos entre si advém da noção de dialogismo fundamentada por Bakhtin (2011). Para o autor, esse fenômeno é constitutivo da linguagem, pois todo enunciado responde a enunciados anteriores e estabelece relação com enunciados futuros. Foi com Kristeva (1974), contudo, que o termo *intertextualidade*, ancorado na noção de dialogismo, veio a ser inaugurado nos estudos da linguagem dentro da Crítica Literária nos anos 60. O filósofo da linguagem defende que um texto nasce sempre de um diálogo com outro texto, seja de maneira direta ou indireta, e, inspirada nessa reflexão, Kristeva advoga pela concepção de que um texto está em um eterno diálogo com outros textos.

Mas é com a obra *Palimpsestos*, de Genette (2010), desenvolvida no âmbito da literatura, que se propõe uma classificação dos tipos intertextuais, inaugurando o conceito de *transtextualidade* e dando ao termo intertextualidade apenas os casos em que há partes de um texto-fonte em outro texto. Assim, o autor definiu cinco tipologias que indicam para aquilo que transcende o texto: intertextualidade (relações de copresença de um texto em outro), paratextualidade (relações do texto com os paratextos), metatextualidade (quando o texto comenta, avalia e/ou critica um texto anterior, sem necessariamente citá-lo), arquitextualidade (relações do texto com seu estatuto genérico) e hipertextualidade (relações entre um texto A e um texto B – por transformação ou por imitação).

Piègay-Gros (1996[2010]), ainda nos estudos literários, reorganiza o quadro teórico genettiano, propondo o termo geral intertextualidade para se referir às relações intertextuais de **copresença** e de **derivação**. Assim, embora mantenha os conceitos e a nomenclatura das categorias apresentadas por Genette, a autora amplia o conceito de intertextualidade para além dos processos de citação, plágio e alusão. Nos casos de copresença, há partes de um texto em outro, relação que pode aparecer de maneira explícita (citação e referência) ou implícita (alusão e plágio). E nos casos de derivação, há a transformação de um texto em um novo através de mudanças na forma ou no sentido original, mantendo, contudo, algum aspecto que possa possibilitar a recuperação do texto-fonte por meio da paródia, do travestimento burlesco e do pastiche.

Reconhecemos a importância de todas essas reflexões para a

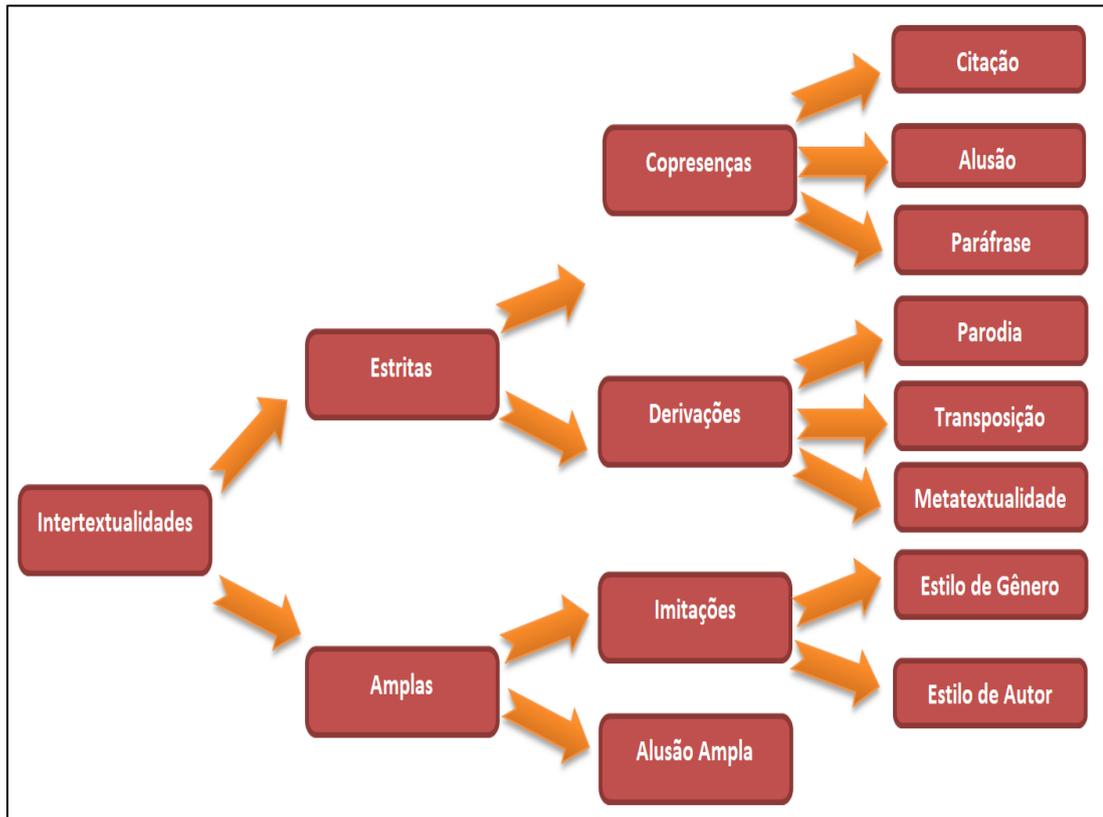
compreensão do fenômeno discutido neste subtópico, mas, nesta pesquisa, utilizamos o estudo de Carvalho (2018) que confere ao fenômeno da intertextualidade uma visão ampliada, uma vez que consideramos, pautados na autora, as ocorrências intertextuais em que podemos recuperar o texto-fonte e aquelas em que admitimos uma relação intertextual mais ampla, “em que o diálogo se dá não entre textos específicos, mas entre um texto e um conjunto de textos” (Cavalcante, *et al.*, 2020, p. 105). E, para identificar e descrever essas relações intertextuais em textos digitais nativos, uma vez que nosso *corpus* se constitui de textos de protesto produzidos no ambiente digital, fundamentamo-nos no estudo de Costa (2024).

Carvalho (2018) reconhece as relações intertextuais de copresença, mas defende as ocorrências em que há a retomada a “fatos pontuais e/ou eventos marcantes e amplamente difundidos” marcados difusamente no cotexto, numa relação de um texto com textos diversos. Assim, a autora faz as seguintes considerações para propor uma divisão das intertextualidades em estritas e amplas:

[...] a intertextualidade pode se estabelecer por remissões de diversos tipos, tais como ao léxico, a estruturas fonológicas, a estruturas sintáticas, ao gênero, ao estilo, ao tom, dentre outras. Nessa perspectiva, importa, antes, a copresença de textos, parâmetros genéricos ou de estilo(s) de autor(es), que pode ou não ser reconhecida pelo interlocutor. Pleiteamos que, constitucionalmente, a intertextualidade se subdivide em duas formas distintas, embora não excludentes: i) estrita, dada pela copresença (inserção efetiva de um texto em outro) ou pela transformação/derivação de um texto específico ou de partes dele em outro texto; e ii) ampla, dada não pela marca de copresença de um texto específico em outro, mas por uma marcação menos facilmente apreensível, porque mais difusa a conjuntos de textos: por indícios à forma composicional de um padrão de gênero; ao estilo de um autor deduzido de vários de seus textos; ou a uma temática divulgada por diversos textos. (*ibidem*, p. 11-12).

O quadro a seguir apresenta esses dois agrupamentos de relações intertextuais e os diálogos entre textos que deles emergem:

Quadro 1 – Classificação das intertextualidades estritas e amplas



Fonte: Carvalho (2018).

Com relação às intertextualidades estritas, há a relação de copresença a partir da **citação** (com ou sem referência⁹), sendo essa a relação intertextual mais explícita, já que traz o intertexto em sua versão original ao novo texto. Nas pesquisas em Linguística Textual, esse tipo de intertextualidade geralmente é considerado a partir da marcação tipográfica, do uso de aspas, dos verbos *dicendi* etc. No entanto, Costa (2024) observa que essa marcação é diferente quando a citação se dá entre textos digitais on-line, e considera que a transferência de um texto a outro ocorre por meio de gestos clicáveis.

⁹ Segundo Cavalcante (2018), nem toda citação vem marcada, isso nos casos em que o locutor considera que seu(s) destinatário(s) terá(ão) condições de recuperar o intertexto, já que este pertence a um conhecimento culturalmente compartilhado.

Exemplo (1) – Citação



Fonte: X.

O texto digital, no exemplo em tela, é um tuíte e dispõe de uma citação, pois ele se constitui a partir do texto de V. D., demarcado pela forma geométrica retangular (que sinaliza a fronteira entre o texto-fonte e o texto intertextual). Além disso, o texto-fonte traz, devido o funcionamento do próprio ecossistema X, a foto e o @ do autor do texto-fonte. Segundo Costa (2024), todos os casos de citação na tecnodiscursividade ocorrem “quando há o uso de partes de um texto anterior em um novo evento comunicativo, sempre com o acréscimo de comentários” (p. 74). Isso pode ser observado com o enunciado de @L., disposto acima do texto-fonte.

Além dessa marcação geométrica, a autora supracitada defende que, no ambiente digital on-line, a citação pode se dá através de diversas formas e com o uso de vários recursos linguísticos e técnicos (linhas, cores, relevos virtuais, formas geométricas distintas etc.), sendo sempre acompanhada por comentário.

Por sua vez, a **alusão estrita** (uma menção indireta) ocorre quando o locutor deixa pistas para que seu interlocutor resgate o sentido pretendido do texto, pois há insinuações, menções indiretas ao texto-fonte no novo evento textual. No entanto, quando se trata de textos produzidos nas interações digitais, a alusão estrita recorre, segundo Costa (2024), ao conjunto de dados do sistema¹⁰ e ao contexto para criação dos seus sentidos. Os textos digitais de caráter publicitário são exemplos típicos que mobilizam essa estratégia textual.

Nas relações de copresença, também há o **parafraseamento de conteúdos**, que ocorre quando o novo texto reformula o intertexto, sem com isso se desviar do conteúdo deste. Com essa estratégia, o locutor repete o texto-fonte com o intuito de comentá-lo, de esclarecê-lo etc. Todavia, na rede social X, por exemplo, ecossistema de onde retiramos os textos analisados neste trabalho, o locutor dispõe de 280 caracteres para produzir seu texto, por isso é comum o tuíte não fazer menção explícita ao texto que está sendo parafraseado. Com relação a isso, Costa (2024) destaca que os usuários dessa rede social julgam não ser necessário sinalizar a fonte da paráfrase, já que o texto-fonte já se encontra instaurado no conhecimento compartilhado entre aqueles internautas que tuitam conforme o assunto do momento.

A esses processos, que são de copresença, Carvalho (2018) acrescenta alguns fenômenos de derivação, mas vale destacar que esses processos de derivação, como demonstra Faria (2014), recorrem às copresenças para se constituir, operando uma transformação no texto-fonte. A característica fundamental dos processos de derivação consiste na alteração do texto-fonte através de aspectos formais, estilísticos ou de conteúdos, sem a perda de aspectos semânticos.

Dentro desse grupo de relações, Carvalho (2018) aponta a **paródia** como responsável por reformular forma e/ou conteúdo do texto-fonte. No âmbito do digital, o conteúdo da paródia não é determinado pelo uso de recursos digitais nativos, apesar de serem empregados para a elaboração e divulgação de postagens que contêm paródia (Costa, 2024). Nesse sentido, concluímos que a transformação de partes de um texto-fonte determina o conteúdo parodiado a fim de instaurar o humor (ou lançar

¹⁰ A autora compreende que existe um espaço destinado ao armazenamento de rastros dos usuários na Internet e este espaço é, por exemplo, acessado por várias empresas para gerar textos digitais personalizados para esses usuários. É daí que vem a noção de “conjuntos de dados do sistema”, que constituem as retomadas estritas de alusão.

um olhar crítico sobre determinada coisa ou situação) no texto, e que, para isso, o locutor mobiliza ferramentas tecnológicas para sua produção nas interações ditais on-line.

Outro tipo de derivação se dá pelo processo intertextual de **transposição**, o qual opera a reformulação dos traços de um texto-fonte para outro texto, mas sem levar em conta o “traço humorístico” que está presente na paródia. No ambiente digital, conforme Costa (2024), em especial na rede social X, a transposição consiste no ato de transpor um tuíte de um espaço para outro, seja dentro do próprio ecossistema (o tuíte de outro usuário para seu *feed*, por exemplo), seja de um ecossistema para outro ecossistema (um tuíte que é compartilhado para o *story* de um perfil na rede social Instagram). Esses diferentes modos de transpor um texto geram diferentes reformulações no sistema semiótico do texto-fonte. Destacamos, ainda, apoiados na autora, que, diferente da citação, só há casos de transposição quando não há adição de comentários. Além disso, todas as interações com o novo texto (curtir, comentar etc.) na rede social X são direcionadas ao texto-fonte, o que não acontece nos casos de citação.

A **metatextualidade**, outro caso de derivação, é definida pela relação de um texto que comenta/critica/avalia um outro texto. Esse tipo de processo intertextual é muito recorrente nas interações que ocorrem no ambiente digital on-line. Na rede social X, as postagens de perfis jornalísticos, por exemplo, recebem diversos comentários de internautas. Essas postagens, por geralmente tratarem de questões sociais e políticas, desencadeiam um movimento intertextual de metatextualidade a partir de uma série de comentários que debatem o conteúdo da postagem, às vezes concordando, às vezes discordando, ou às vezes acrescentando outras informações ao que está sendo publicado.

Nas intertextualidades amplas, Carvalho (2018) propõe três tipos de relações intertextuais que podem ou não ser reconhecidas pelo interlocutor: a imitação de parâmetros de gênero, a imitação do estilo de autor e as alusões amplas a textos não particulares.

- a. **Imitação de parâmetros de gênero:** iniciada por aspectos enunciativos que ajudam a recuperar a mobilização de parâmetros de gênero

(características composicionais, temáticas e funcionais que configuram determinado gênero; marcas superestruturais, “tais como o modo como as seções são localizadas relativamente à totalidade do espaço (na escrita) ou do tempo (na oralidade) de um texto”; e o modo de apresentação física de um texto);

- b. **Imitação de estilo de autor:** corresponde à imitação de recursos discursivos e textuais, que criam uma imagem do autor, isto é, esses recursos apresentam um dado estilo que se apresenta reconhecível. A autora salienta que esse tipo de imitação pode ocorrer de maneira singular (imitando o estilo de determinado autor – o estilo de Guimarães Rosa) ou coletiva (imitando vários autores que têm em comum o mesmo estilo – o estilo do Parnasianismo);
- c. **Alusão ampla a textos não particulares:** essa remissão ocorre por meio de referências indiretas não a um texto específico, mas a um conjunto de textos que tratam da mesma temática ou de uma situação partilhada coletivamente em uma dada cultura, manifestável por textos diversos.

A alusão ampla é um processo intertextual que não se confunde com fenômenos constitutivos da linguagem, como o dialogismo e a interdiscursividade. Em sua pesquisa, Carvalho (2018) demonstra que, apesar de retomar conteúdos, fatos, ou situações de maneira difusa, a alusão ampla estabelece uma relação ainda tangível entre um texto e diversos outros textos. Portanto, não é um fenômeno que constitui a linguagem, mas sim um recurso pontual de textualização. Desse modo, a autora destaca que:

[...] podemos dizer que, quanto mais evidências, mais próximos estaremos das intertextualidades e quanto mais difusas ou inapreensíveis as marcas do diálogo entre textos específicos ou entre um texto e um conjunto de textos, mais nos aproximamos de outras noções, incluindo a de memória discursiva. (*ibidem*, p. 120).

Em outras palavras, embora a alusão ampla seja definida como uma relação intertextual que recorre a um conjunto de textos ou a um conhecimento compartilhado por uma comunidade, a condição para que ela se efetive se dá a partir de evidências de retomada entre os textos, por isso os processos intertextuais estritos

se criam e recriam na alusão ampla (Cavalcante *et al.*, 2022). O texto a seguir ilustra a ocorrência desse processo intertextual:

Exemplo (2) – Alusão ampla



Fonte: <https://www.descalvado.com.br/politicando/2020/2405.htm>.

Percebemos que o texto estabelece uma relação intertextual de alusão ampla a partir do que é indiciado pelos elementos verbais e imagéticos. Em diversas ocasiões, Damares Alves, ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos durante o governo Bolsonaro, fez declarações acerca de questões que envolvem o que é adequado para cada gênero, a exemplo de casos em que disse que rosa é para meninas e azul é para meninos. Em um vídeo gravado no ano de 2019, por exemplo, quando assumiu o cargo de ministra, Damares afirmou que o Brasil estava em “uma nova era em que menino veste azul e menina veste rosa”. A fala da então ministra ganhou grande repercussão nas redes sociais, nos debates políticos e educacionais, indo parar nas principais manchetes de jornais televisivos etc.

Em outras ocasiões, apesar das várias críticas que recebeu, Damares protagonizou outros episódios em que demonstrou seu ponto de vista a respeito da questão das cores para meninos e meninas, como o caso que ocorreu, ainda em 2019,

com a publicação de uma imagem, em seu perfil na rede social Instagram, segurando pratos azuis e rosas com a seguinte legenda: “Na hora do bolo, tinha prato azul para meninos e rosa para meninas”.

Na charge, que apresenta uma situação corriqueira no Palácio do Planalto (reunião ministerial), em Brasília, o processo de alusão ampla retoma o ponto de vista assumido pela então ministra (não só nas situações em que declarou sua posição sobre cores para meninos e meninas, como também, de um modo geral, aos posicionamentos arcaicos e, em alguns casos, preconceituosos) e os textos que repercutiram as falas de Damares. Trata-se, pois, de um texto que retoma uma situação já conhecida, compartilhada e debatida dentro de uma determinada comunidade (a sociedade brasileira).

Essas retomadas intertextuais podem ser observadas pelas cores rosa e azul nas vestes das três pessoas que compõem a parte visual do texto, mas também pelo referente “Damares”, dito por um dos dois ministros com roupa azul que se dirige diretamente à ministra (vestida de rosa), estratégia que estabelece a ligação das duas cores com as repercutidas falas da política bolsonarista. Além disso, o elemento verbal “Reunião Ministerial” também contribui para essa alusão ampla, contextualizando a fala de Damares Alvez no exercício de função política.

O esclarecimento sobre os diálogos intertextuais mostra que a intertextualidade é um fenômeno que confere ao texto um caráter heterogêneo, uma vez que, de acordo com Koch, Bentes e Cavalcante (2012, p. 12), “dele fazem parte outros textos que lhe dão origem, que o predeterminam, com os quais dialoga, a que alude ou aos quais se opõe”. Assim, utilizamos essa categoria da Linguística Textual para compreender como os sentidos se constituem em processos intertextuais entre textos digitais nativos, mobilizados a partir de uma orientação argumentativa que sinaliza as motivações da ação coletiva de protesto num cenário de polêmica pública.

2.2 A interatividade e os sistemas semióticos na interação digital

Neste tópico, consideramos pertinente esclarecer não só os aspectos que fazem parte da interação de natureza digital, como também elucidar, com base em Paveau (2022), a noção de compósito e de ecologia do discurso ou ecossistema e

sua interface com os pressupostos teórico-metodológicos da LT em sua atual fase. A analista do discurso defende a necessidade, das pesquisas na área da linguagem, de se levar em conta os novos meios de produção de textos que contemplam recursos tecnológicos nas produções digitais nativas. Assim, a autora sustenta um viés pós-dualista que compreende a linguagem e a tecnologia exercendo influência mútua nas interações humanas que se desenvolvem no ambiente digital.

Ao tratar do conceito de compósito, Paveau (2022) destaca o hibridismo entre o material linguístico e as ferramentas tecnológicas das mídias digitais. Nesse sentido, e partindo dessa consideração, a LT não pode focar a atenção apenas nos elementos linguísticos, pois nos textos nativos digitais, o sentido é construído a partir dessa relação entre matéria languageira e tecnológica. Em seu estudo, Costa (2024), por exemplo, pontua o caráter intertextual das ferramentas tecnológicas, o que nos orienta a assumir os critérios textuais mediante uma postura pós-dualista na análise dos textos produzidos no contexto digital.

Esse conceito de compósito advém da ideia de se considerar todo o conjunto do ambiente nos quais o objeto de análise (para nós o texto) se inscreve, isto é, o ecossistema, que nas interações digitais constitui o próprio contexto, noção cara aos estudos em Linguística Textual.

O que cabe dentro da palavra *contexto* que estamos empregando? Cabe o **ambiente ecológico** (PAVEAU, 2021) em que o texto é gerado, que comporta as ações e reações humano-tecnológicas com os objetos e materiais com que possam estar relacionados na interação, os valores, os estereótipos e as crenças que possam ser evocados, assim como os saberes compartilhados e as identidades sociais que os participantes possam assumir. O contexto não é isso tudo, mas pode ser tudo isso. (Cavalcante *et al.*, 2022, p. 24, grifos dos autores).

Nesta pesquisa, admitimos essa noção de ecossistema para a análise da polêmica em textos de protesto, tendo em vista que as relações intertextuais podem emergir a partir das ferramentas técnicas do próprio ecossistema X de onde selecionamos o *corpus*. Além disso, é importante considerarmos as ferramentas desse ecossistema para a construção e disseminação da ação coletiva de protesto.

No mundo atual, cercado pelas possibilidades da era digital on-line, a interação alcança novos patamares que lhe imprimem novas características, e que,

consequentemente, afetam significativamente a maneira de se produzir, de fazer circular e de interpretar textos. Nesse sentido, segundo Muniz-Lima (2024), o texto acontece em interação e tem seu início, meio e fim determinados nesse processo.

No contexto digital, as realizações textuais se constituem a partir do contexto sociocomunicativo, histórico e cultural abrangendo os sistemas semióticos imagético, sonoro e gestual em relação com aspectos de ordem tecnológica. Assim, a autora supracitada reforça que:

A postura sociocognitivo-interacional da Linguística textual já ultrapassa a clássica distinção linguístico *versus* extralinguístico nos estudos da linguagem, de modo que o contexto sociocomunicativo, histórico e cultural, que pode envolver a presença de aspectos tecnológicos, já era compreendido como imprescindível para a análise dos sentidos e das referências dos textos (Muniz-Lima, 2024, p. 87).

No intuito de apreender o(s) sentido(s) do texto nas interações que se desenvolvem nesse contexto, Muniz-Lima (2022), em tese de doutorado, propõe, a partir de um diálogo com Paveau (2020), uma análise do texto digital em uma abordagem pós-dualista, evidenciando “a consideração de aspectos tecnológicos no estudo do texto sem hierarquia entre matéria linguageira e tecnológica” (p. 69). Dessa maneira, ressaltamos novamente que, no âmbito da LT, uma análise das práticas textuais no contexto digital deve obedecer a uma abordagem que leve em conta a confluência entre linguagem e tecnologia, confluência esta que reflete o hibridismo entre dados humanos e não humanos.

O tecnodiscurso, de acordo com Paveau (2022), diz respeito ao texto produzido na internet a partir do uso de ferramentas disponíveis nessa grande mídia. Assim, a analista do discurso propõe seis características para descrever as produções textuais em contexto digital: a. **a composição** (relação entre matéria linguageira e matéria tecnológica); b. **a deslinearização** (essas produções textuais não se apresentam obrigatoriamente em um eixo sintagmático); c. **o aumento** (conversacionalidade possibilitada pelas ferramentas de escrita na internet); d. **a relacionalidade** (relação entre as produções nativas digitais e outros tecnodiscursos); e. **a investigabilidade** (possibilidade de rastreamento); e f. **a imprevisibilidade** (mudança de forma ou de conteúdo que os tecnodiscursos podem apresentar no contexto digital on-line).

Apesar de reconhecermos esse conjunto de características para situar o *corpus* desta pesquisa no ecossistema X, nosso foco recai nos estudos de Muniz-Lima (2022, 2024) no que se refere ao papel dos seguintes aspectos, em especial a interatividade e os sistemas semióticos, que contribuem para a construção de sentidos em contexto digital:

Quadro 2 – Aspectos envolvidos na interação digital

Mídia	Meio tecnolinguageiro que configura os processos de coconstrução de sentidos entre interlocutores, organizando a produção e recepção de textos, fazendo-os circular.
Suporte	Parte física ou mais material dos elementos da interação.
Interatividade	Aspecto tecnolinguageiro que diz respeito ao processo de ações diretas, ativas e síncronas entre interlocutores no processo de construção de sentidos e que se apresenta em níveis, em função do controle do conteúdo, do caráter dialogal e da sincronicidade.
Sistemas semióticos	A interferência dos sistemas semióticos escrito, oral, imagético, gestual e sonoro no processo de construção de sentidos em contexto digital.

Fonte: Elaborado a partir de Muniz-Lima (2024).

Para propor o conjunto desses fatores tecnolinguageiros, a autora parte de uma reflexão sobre a noção de interação em alguns campos de conhecimento: na Sociologia, na Antropologia, nas Ciências da Comunicação e, em especial, nas Ciências da Linguagem. Neste último, Muniz-Lima dá ênfase à perspectiva bakhtiniana sobre interação verbal, e destaca, ainda, o esquema comunicativo fundamentado por Roman Jakobson, bem como a contribuição de vários pesquisadores nos estudos da Linguística Textual e da Análise da Conversação. Além das posições assumidas a partir do estado da arte mencionado acima, a autora também levanta hipóteses considerando sua participação efetiva em interações cotidianas no contexto digital.

Não utilizamos todos esses fatores em nossa análise. Interessa-nos compreender os níveis de interatividade e os sistemas semióticos envolvidos na

produção dos textos de protesto e o papel que desempenham na disseminação desses textos na polêmica que se desenvolve no espaço digital. Na ação coletiva, é importante que os sujeitos assumam posições, e esses posicionamentos podem ser apreendidos tanto no aspecto linguístico quanto nas ações de curtir, compartilhar etc. Do mesmo modo, o conjunto de sistemas semióticos desempenha um papel fundamental para a produção linguística e não linguística do texto digital nativo, contribuindo para o processo de construção de sentidos na interação digital.

Para Muniz-Lima (2024), a *interatividade* diz respeito ao uso de ações diretas, ativas e síncronas no processo de construção de sentidos entre interlocutores numa interação digital. Para tanto, a autora aponta três aspectos pelos quais podemos observar a interatividade: 1. Pelo **controle do conteúdo** – os interlocutores podem controlar ou reagir aos textos de diversas formas no ambiente digital, seja por meio de recursos tecnológicos de edição, de compartilhamento ou até mesmo de exclusão. A função “Apagar/Excluir” em uma conversa no WhatsApp é um exemplo que ilustra esse tipo de reação a um texto digital; 2. Pelo **caráter dialogal** – nas interações digitais, os interlocutores dispõem de inúmeras possibilidades para instaurar trocas de turnos, estabelecendo respostas entre si a partir de trocas dialogais, sejam elas monogeridas ou poligeridas. Na rede social X, por exemplo, há espaços destinados a comentários nas publicações; 3. Pela **sincronicidade** – esse aspecto corresponde ao tempo de resposta na interação digital, que pode ser menor ou maior, dependendo do nível de engajamento ativo dos interlocutores, assim, para a autora, quanto menor o tempo de resposta, maior será o nível de interatividade entre os participantes da interação. Em diversas redes sociais, como o WhatsApp, o tempo da sincronicidade é evidenciado pelo horário das postagens, que marcam o momento exato em que uma mensagem responde à anterior.

No que diz respeito aos sistemas semióticos, devemos lembrar que a noção de texto que utilizamos nesta pesquisa já nos orienta a considerar esse aspecto como pertinente para a construção de sentidos, já que o texto é uma unidade de natureza multimodal (Cavalcante *et al.*, 2022). Assim, para a análise de textos digitais nativos, faz-se necessário considerar a **oralidade**, que pode, por exemplo, se relevar de forma bem explícita por meio de uma videoaula on-line, a **escrita**, que se dá pelo uso de grafemas nas produções tecnolinguageiras, a **imagem**, aspecto muito utilizado nas interações digitais, seja em sua forma dinâmica (*gifs* animados, por exemplo), seja em

sua forma estática, o **gesto**, que corresponde às expressões faciais, aos olhares, às mímicas etc., e, por último, o **som**, sistema relacionado aos sons, às melodias, aos ruídos etc. Muniz-Lima (2024) destaca que a diferença entre o sistema semiótico oral e o sistema semiótico sonora consiste em que o primeiro está relacionado ao canal fônico, estando o sonoro relacionado a todos os outros tipos de sons que podemos identificar nas interações digitais.

A partir desses esclarecimentos sobre a noção de texto, de intertextualidade e dos aspectos tecnológicos e languageiros que constituem os textos digitais, defendemos que o aparato teórico-metodológico da atual Linguística Textual pode contemplar a análise da polêmica em textos que manifestam a função social de protesto nessa modalidade argumentativa, a partir das diversas formas em que os textos dialogam entre si no contexto digital. Desse modo, no próximo capítulo, discutimos sobre os traços definidores da polêmica e as principais motivações que levam pessoas a participar de ações coletivas de protesto.

3 POLÊMICA E SUA FUNÇÃO DE PROTESTO

O desacordo, o conflito, a divergência e tudo o que pode caracterizar uma relação polêmica sempre carregou uma má reputação, e isso perpassa o campo do conhecimento teórico, bem como o campo do senso comum. Mas, no mundo atual, marcado pela inovação midiática e tecnológica, parece que a polêmica goza de um lugar de destaque, como se fosse um tipo de espetáculo em nossa época, embora a própria ideia de política, sustentada por alguns, tende a admitir um certo tipo de apagamento das diferenças de opiniões, pois o conflito pede uma resolução a partir de um debate político racional que leva a tomadas de decisões coletivas por meio de um acordo.

O essencial aqui é que o espaço público é o da deliberação fundada na busca racional de um acordo concernente aos assuntos da cidade para o bem público. Ele constitui, portanto, uma instância crítica que assegura uma mediação entre a sociedade e o Estado para garantir o bom funcionamento da democracia. (Amossy, 2017, p. 27).

Ocorre que, desde as interações cotidianas mais particulares, até as públicas, que ocorrem em várias esferas da atividade humana, mediadas, inclusive, pelas mídias e pelos dispositivos tecnológicos, estamos acostumados a nos envolver em questões que nos dividem, que nos fazem perceber as relações a partir de uma oposição. Esse aparato midiático e tecnológico, como o que podemos observar nas redes sociais, reforça a produção e a circulação de textos de caráter polêmico. Sobre isso, Silva (2020, p. 23) destaca que:

As redes sociais digitais são, pois, os espaços públicos nos quais se instauram as polêmicas nas sociedades contemporâneas. Nesse ambiente, tudo é muito volúvel, tudo se torna facilmente publicizado. Qualquer acontecimento que desperte emoções, por mais efêmero que possa ser, pode provocar um choque de conflitos, de pontos de vistas nas redes sociais e envolver um número expressivo de usuários, tornando-se de interesse público.

A noção de polêmica com a qual trabalhamos nesta pesquisa advém das reflexões teóricas da analista do discurso Ruth Amossy (2017), que reconhece que esse fenômeno social e discursivo tem um modo de funcionamento e exerce funções no espaço democrático. A ideia de funcionamento se relaciona a sua construção discursiva e ao modo em que ela modela a comunicação. E a ideia de função supõe que a polêmica, fenômeno tão recorrente nas interações humanas, desempenha

determinadas funções sociais que impactam em alguma medida as relações sociais no espaço público. Um dos impactos sociais da polêmica pode ocorrer por meio de sua função de protesto.

Neste capítulo, discutimos a relação da polêmica pública com o protesto, destacando o conflito verbal no espaço democrático como constitutivo desse tipo de ação coletiva, bem como indicamos a nossa aproximação com a teoria de Ruth Amossy (2017, 2018), que trata ambos os fenômenos no âmbito da comunicação verbal¹¹, e com a Psicologia Social do Protesto, que nos oferece um quadro teórico que nos ajuda a compreender mais detalhadamente a função de protesto da polêmica mediante as motivações dos sujeitos engajados nas práticas discursivas de protesto. Assim, fazemos alguns esclarecimentos teóricos sobre o lugar do dissenso nos estudos argumentativos e apresentamos os aspectos que definem a Teoria da Argumentação no Discurso, dando ênfase às características da modalidade argumentativa polêmica e à função social de protesto dessa modalidade.

3.1 A modalidade argumentativa polêmica

Um dos primeiros aspectos observados na linguagem foi a argumentação, isso se levarmos em conta que ela era trabalhada desde a antiguidade grega. Segundo Plantin (2008), os gregos utilizavam a argumentação com o objetivo de persuadir seus povos nas questões que envolviam negociações de terras, principalmente em torno de problemas políticos e sociais, sendo, portanto, uma arte que dirigia a cidade a partir do compartilhamento de uma fala que respondia à ideia do *logos* como discurso e como razão. Para esta pesquisa, pautamo-nos na concepção de que a argumentação é a utilização da linguagem em interação social, um agir sobre o outro que nos coloca diante de algumas questões pertinentes, tais como o consenso e a divergência.

Geralmente a argumentação é associada a uma visão do acordo, no entanto, desde o surgimento dos “mestres na arte de bem falar”, os sofistas, a

¹¹ É importante darmos ênfase a essa aproximação com a teoria da autora, já que, como na Linguística Textual, Ruth Amossy desenvolve sua reflexão a partir da linguagem, da comunicação verbal, do discurso e do texto. Ou seja, vamos incorporar algumas noções da Psicologia Social do Protesto, mas adaptá-las aos nossos interesses em uma pesquisa que tem como foco o texto e suas dimensões, tendo a Teoria da Argumentação no Discurso de Amossy como um dos aspectos que nos possibilitam esse alinhamento.

argumentação tem encontrado seu terreno em espaços de opiniões conflitantes, embora buscassem o apagamento do que colocava os homens em posições contraditórias, agindo diretamente na multiplicidade de opiniões (Kerferd, 2004). A partir desse contexto, observamos que, na retórica, o desacordo está diretamente ligado ao fazer argumentativo, mesmo que algumas concepções o tratem com valor menor em relação ao consenso.

Nesse cenário, [a retórica] moldou-se como uma técnica voltada para a busca da resolução de conflitos pelo intermédio da palavra como alternativa de uso persuasivo da linguagem em diferentes contextos sociodiscursivo em uma sociedade democrática que teria no exercício da cidadania o seu centro de equilíbrio. (Lacerda, 2023, p. 72).

Na tradição aristotélica, a retórica argumentativa insiste na negociação das diferenças para se chegar a um acordo, trata-se, desse modo, segundo Amossy (2017, p. 19), da “deliberação como gestão racional dos desacordos através da troca verbal”. Nesse sentido, as formas de persuasão se tornam objeto de uma disciplina que busca as condições necessárias para se chegar ao consenso.

O filósofo grego se preocupa com uma retórica que possa possibilitar, por meio da troca verbal, a estruturação e exposição de argumentos que se relacionem de modo direto com as decisões que interferem na vida pública. Assim, para ele, a arte retórica pode ser definida “como a faculdade de observar, em cada caso, o que este encerra de próprio para criar a persuasão” (Aristóteles, 2011, p. 44).

Nesse sentido, o dissenso é, sem dúvida, o motor incontestado da democracia. Mas a retórica põe a necessidade de encontrar, através da interação verbal, uma resposta comum que permita ultrapassar as diferenças e chegar à decisão e à ação coletivas. É precisamente nessa busca do acordo que intervém a deliberação, que se concretiza no discurso e no debate político, tomando a política em sentido amplo: tudo que diz respeito a assuntos públicos e ao bem da comunidade. (Amossy, 2017, p. 19).

Fruto da *polis*, notamos que a retórica clássica estabelece o manejo da controvérsia em prol de um debate que interfere nas decisões coletivas, garantindo, assim, o funcionamento de uma sociedade democrática a partir da prática da palavra pública. Ou seja, fundamental para o funcionamento democrático, o orador fazia uso da retórica para compartilhar seus pontos de vista com o auditório, a fim de que este compartilhasse de suas convicções, gerando decisões que representassem os

interesses da maioria. Nesse sentido, a argumentação retórica se inclinava para uma tentativa de convencer ou de persuadir o outro sobre a validade de um ponto de vista em busca do acordo.

O mesmo podemos observar em *O Tratado da argumentação: a Nova Retórica*, de Chaim Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca, redigido em 1958 e desenvolvido no campo da filosofia do Direito. Essa retomada à obra aristotélica insiste ainda sobre o caráter comunicacional de toda argumentação, levando em conta as “técnicas discursivas que permitem provocar ou aumentar a adesão dos espíritos às teses que se lhes apresentam ao assentimento” (Perelman; Olbrechts-Tyteca, 2014, p. 4), da mesma forma como insiste no acordo como o objetivo de toda a palavra em seu uso argumentativo. Nesse sentido, as duas tendências retóricas têm em comum o fato de considerarem a argumentação sob uma perspectiva da busca pelo consenso nas trocas verbais.

Na Teoria da Argumentação no Discurso, disciplina com a qual nos aproximamos na definição de argumentação, Ruth Amossy advoga por uma argumentação retórica que não sirva apenas para levar um auditório a aderir a uma tese. A autora defende uma argumentação retórica que englobe “todas as modalidades segundo as quais a fala tenta agir no espaço social” (Amossy, 2006, p. 3). Consequentemente, a TAD insiste na argumentação como aspecto inerente de todo discurso, o que leva a pesquisadora a colocar o dissenso no campo da retórica, já que a polêmica pública, outrora considerada como uma etapa a ser superada pelas retóricas clássica e contemporânea, passa a ser concebida como uma modalidade argumentativa do discurso. Desse modo, a autora redefine o conceito de argumentação como:

[...] a tentativa de modificar, de reorientar, ou mais simplesmente, de reforçar, pelos recursos da linguagem, a visão das coisas da parte do alocutário. [...] [a] tentativa de fazer aderir não somente a uma tese, mas também a modos de pensar, de ver, de sentir”. (Amossy, 2011, p. 130).

Amossy pensa a argumentação em um sentido mais amplo ao considerá-la como todo discurso que apresenta não só uma tese, um dizer projetado para apresentar um posicionamento declarado do locutor, mas também leva em conta os discursos que apenas orientam os modos de pensar, de ver e de sentir dos interlocutores. Para isso, ela parte de bases enunciativas e pragmáticas, e, mais

especificamente, de uma concepção bakhtiniana de linguagem¹² e de pesquisas desenvolvidas por Émile Benveniste, no âmbito dos estudos da enunciação, e Catherine Kerbrat-Orecchioni, que desenvolve conceitos no campo da comunicação e análise conversacional.

Com Ruth Amossy, aceitamos a concepção de uma argumentação que engloba toda produção enunciativa, e defendemos, com base em Cavalcante *et al.* (2020), que os critérios analíticos da LT contribuem para a análise da argumentatividade nos discursos, tendo em vista que o locutor age no seu dizer a partir de uma motivação que reflete seus propósitos comunicativos na textualidade. Em outras palavras, a Linguística Textual elege “como critérios de análise os diversos recursos de que se vale o locutor para tentar persuadir a quem ele projeta como interlocutor e, muitas vezes, como terceiro” (p. 15).

Dessa maneira, ao considerar que a argumentação “não participa somente dos textos que tentam fazer aceitar uma tese bem definida, mas também daqueles que levam a compartilhar um ponto de vista sobre o real, reforçando valores, orientando a reflexão” (Amossy, 2018, p. 46), a TAD destaca dois modos distintos de apreender os modos de organização da argumentatividade no discurso: pela **visada argumentativa** e pela **dimensão argumentativa**.

Assim, na visada argumentativa, o locutor planeja um projeto argumentativo confesso com o claro objetivo de persuadir seus interlocutores. A pregação na igreja, a redação do ENEM, o editorial etc. são gêneros discursivos que apresentam visada argumentativa. Por outro lado, nos textos com dimensão argumentativa, Ruth Amossy enfatiza que o locutor apresenta seu ponto de vista sem a pretensão de persuadir seus interlocutores. Nesse caso, o locutor exerce influência orientando os modos de pensar dos outros, mas não constrói um projeto de persuasão em seu dizer. Esse modo de organização argumentativa no discurso adota a noção bakhtiniana de dialogismo. Segundo Bakhtin (2011), todo discurso responde a um já dito.

A argumentatividade aparece, então, como uma consequência do dialogismo inerente ao discurso. Isso é um desvio da retórica clássica, que se ligava apenas aos projetos argumentativos confessos: considera-se aqui que a

¹² A autora se alinha a uma visão dialógica de linguagem a partir do pensamento de Mikhail Bakhtin e seu círculo, assumindo a noção de responsividade ativa que pontua que enunciar é sempre estabelecer uma relação com um já dito, seja para concordar, para refutar ou para modificar esse já dito.

argumentação atravessa o conjunto dos discursos. (Amossy, 2018, p. 43).

A distinção entre esses dois modos de organização argumentativa nos discursos fez com que a pesquisadora defendesse um *continuum* da argumentação, em que se pode observar módulos argumentativos (ou modalidades argumentativas), que são “tipos de trocas argumentativas que, atravessando os gêneros do discurso, modelam a forma como a argumentação funciona tanto num quadro dialogal quanto num dialógico” (Amossy, 2008, p. 232).

A oposição problemática do argumentativo e do não argumentativo é substituída, então, pela concepção de um *continuum* que apresenta modalidades argumentativas diversas, de tal modo que a argumentação pode revestir-se de aspectos variados. Num dos polos, encontra-se o choque entre teses antagônicas; no polo inverso, os discursos, cujo caráter informativo ou narrativo parece subtrair-lhes toda e qualquer veleidade persuasiva. (Amossy, 2018, p. 43).

Desse modo, Amossy (2008) classifica as modalidades em seis tipos:

- a. Modalidade demonstrativa:** geralmente é confundida com a própria argumentação, pois nela o locutor busca a adesão do interlocutor a uma tese, pautado em uma demonstração racional que lança mão de provas. O artigo científico, o discurso parlamentar, por exemplo, são gêneros que privilegiam essa modalidade.
- b. Modalidade patêmica (ou patética):** o locutor, por meio de uma tese ou um ponto de vista, apela aos sentimentos do auditório para garantir sua adesão. A campanha humanitária, o discurso lírico são alguns exemplos desse tipo de modalidade argumentativa.
- c. Modalidade pedagógica:** o locutor (ou uma instância de locução) ocupa um *status* superior em relação ao outro, pois está autorizado a dizer o que diz, como o detentor de um saber que merece credibilidade. A literatura infantil, o livro escolar, os tutoriais de internet, por exemplo, são textos que privilegiam essa modalidade.
- d. Modalidade de coconstrução:** possibilita que os participantes de uma interação levantem um problema e, coletivamente, coconstruam respostas para solucionar tal problema. Os gêneros como a reunião profissional e a

conversa familiar ilustram essa modalidade argumentativa.

- e. Modalidade negociada:** apresenta um tipo de interação em que os participantes, apesar de ocuparem posições conflitantes, buscam, coletivamente, o consenso que solucione a questão que os coloca em posições divergentes. As negociações comerciais e as trocas diplomáticas são gêneros que fazem parte dessa modalidade argumentativa.
- f. Modalidade polêmica:** os participantes da interação ocupam posições profundamente antagônicas, em que há o ataque mútuo às teses adversárias e a desqualificação do outro no embate verbal, pois não se argumenta para persuadir o adversário, mas para obter a adesão do auditório. As controvérsias forjadas pelas mídias contemporâneas, como no gênero debate midiático que confrontam adversários políticos, ilustram essa modalidade.

Neste estudo, damos especial atenção à modalidade argumentativa polêmica, levando em conta o protesto como função dessa modalidade. Ressaltamos, no entanto, a necessidade de criar diálogos entre a Teoria da Argumentação no Discurso e a Psicologia Social do Protesto para que os traços da polêmica e as motivações do protesto, classificadas pelos pesquisadores da PSP, possam ser considerados conjuntamente na análise intertextual dos textos selecionados para esta pesquisa. Acrescentamos, ainda, que, o protesto e suas motivações são concebidas em um quadro da comunicação verbal, já que utilizamos o estudo de Ruth Amossy para conduzir nossas reflexões acerca do funcionamento da polêmica e do protesto.

É necessário, sem dúvida, insistir sobre o fato de que a polêmica permanece, por definição, no quadro da comunicação verbal. Ela não é, em si, ação, e a retórica do dissenso se diferencia nisso da retórica coercitiva como ação simbólica conduzida nas manifestações, nas greves, nas ocupações dos lugares etc. Ela não gerencia conflitos sociais, mas conflitos de opinião envolvidos em conflitos sociais. (Amossy, 2017, p. 213-214).

Na obra *Apologia da Polêmica*, a analista do discurso reivindica um lugar para a análise argumentativa das controvérsias públicas, partindo de estudos desenvolvidos nas ciências sociais. Chantal Mouffe, por exemplo, é uma das cientistas políticas que, em sua teoria da democracia deliberativa, revisita as dissensões sociais

mostrando que a dissensão e o conflito são necessários e onipresentes nas decisões democráticas.

Contrariamente ao modelo de “democracia deliberativa”, o modelo de “pluralismo agonístico” que estou defendendo assevera que a tarefa primária da política democrática não é eliminar as paixões nem relegá-las à esfera privada para tornar possível o consenso racional, mas para mobilizar aquelas paixões em direção à promoção do desígnio democrático. Longe de pôr em perigo a democracia, a confrontação agonística é sua condição de existência. (Mouffe, 2005, p. 16).

Na mesma direção, Taguieff (1990) reconhece a importância da noção de argumentação sustentada por Perelman, mas destaca a supremacia do consenso. Se por um lado, para Perelman, o acordo é a base da vida social que implica a tomada de decisões coletivas, por outro lado, para Taguieff, o discurso político e o debate público se constituem a partir do conflito e dele se alimentam. Ou seja, o antagonismo na democracia advém de uma relação inseparável e constitutiva entre interação política e conflito.

Assim, o fator democracia é um aspecto importante na abordagem de Ruth Amossy e, como veremos, na noção de protesto desenvolvida pela Psicologia Social do Protesto. Desse modo, alimentada pelas perspectivas sociopolíticas que revalorizam o dissenso, a autora propõe um estudo da polêmica pública no interior da argumentatividade discursiva. Isto é, se, por um lado, as retóricas clássica e contemporânea advogam por uma argumentação que visa sempre a um acordo para resolução de conflitos, a TAD, que propõe as modalidades argumentativas em que se situa a polêmica como um desses módulos, abrange em seu escopo teórico uma *retórica do dissenso*.

Se, de fato, o conflito é inevitável em nossas democracias pluralistas e se o cerne da democracia não é o consenso, mas a gestão do dissenso, então a polêmica como confronto verbal de opiniões contraditórias que não leva a um acordo utópico deve ser reconsiderada em profundidade. É, por conseguinte, uma retórica do dissenso que é necessário desenvolver, na qual a polêmica deve ter lugar de destaque. (Amossy, 2018, p. 38).

Distanciando-se do senso comum, que considera a polêmica como qualquer discussão acirrada, Amossy (2017) sustenta que a polêmica é uma questão de interesse público. Assim, a TAD não lida com discussões em que não há a convocação do grande público. Ou seja, é necessário que a polêmica assuma esse

caráter público, por mais que, inicialmente, ela se inicie como uma disputa entre particulares.

Como modalidade argumentativa, a polêmica é uma oposição de discurso, o que leva Amossy (2017, p. 49) a considerar que “o antagonismo das opiniões apresentadas no seio de um confronto verbal é sua condição *sine qua non*”. Isto quer dizer que a fala polêmica é marcada por um contradiscurso que lhe constitui, por isso não basta que o polemista mobilize argumentos para sustentar seu posicionamento, ele direciona, ainda, argumentos que refutam/desqualificam a posição de seu adversário ou a própria pessoa que assume o papel desse adversário (Angenot, 1982).

Os traços que caracterizam a polêmica como modalidade argumentativa do discurso constituem uma *ancoragem conflitual*: a dicotomização, a polarização social e a desqualificação do adversário. A polêmica é marcada por um forte antagonismo de opiniões contraditórias que circula no espaço público. Desse modo, o discurso polêmico já nasce dicotomizado, já que os participantes do confronto verbal público laçam seus pontos de vista sem o propósito de negociar a busca por um consenso que ultrapasse as diferenças. Ou seja, a natureza discursiva da polêmica dificulta qualquer tipo de acordo, pois “se há choque de opiniões contraditórias, é porque a oposição dos discursos, na polêmica, é o objeto de uma clara *dicotomização* na qual duas posições antitéticas se excluem mutuamente” (Amossy, 2017, p. 53).

Dessa maneira, as posições dos polemistas se expressam em discursos inconciliáveis, o que dificulta a possibilidade de um acordo. Essas posições dicotomizadas, como salienta Dominique Mainguéau (1983), evidenciam que esses discursos polêmicos se retroalimentam, no sentido de que um só existe em prol do outro, retomando, para essa compreensão, uma concepção dialógica da linguagem. Assim, a expressão das posições adversárias se constrói a partir de uma forte oposição, pois, de acordo com Amossy (2017, p. 55), “a polêmica que trata de questões de interesse público é uma gestão verbal do conflito, caracterizada por uma tendência à dicotomização, que torna problemática a busca por um acordo”.

Além disso, a polêmica instaura uma polarização que se reflete na divisão de dois grupos que se mantêm em campos opostos. Isto é, as vozes sociais dos

participantes da polêmica são colocadas em dois extremos que apresentam posições profundamente divergentes umas das outras. Assim, cada grupo apresenta uma determinada identidade diante da questão polêmica de interesse público, revelando, pois, que se trata de um fenômeno não somente abstrato, mas também social. Desse modo, segundo King e Froyd (1974, p. 244 *apud* Amossy, 2017, p. 56), podemos admitir que:

[...] a polarização pode ser definida como um processo através do qual um público extremamente diversificado se funde em dois ou vários grupos fortemente contrastados e mutuamente excludentes, que partilham uma grande solidariedade aos valores que o argumentador considera fundamentais.

Amossy (2017) apresenta, ainda, a desqualificação do outro como traço fundamental da polêmica. Os participantes de uma polêmica pública se reagrupam em lados opostos, reafirmando não só o aspecto identitário que os une em uma relação de um “nós” contra um “eles”, como também apresentam o adversário pejorativamente. Esse tipo de desqualificação visa diretamente ganhar a adesão daquele que acompanha o confronto verbal, é o que aponta, por exemplo, Dutra e Faria (2022, p. 97) em estudo sobre relações intertextuais em hashtags na desqualificação quando destacam que “o locutor age para vencer seu adversário na arena do confronto verbal público. A refutação da tese, que é geralmente acompanhada por um ataque à pessoa que a defende, potencializa o enfraquecimento dos argumentos do adversário”.

A desqualificação, portanto, faz parte de um aspecto inerente à fala polêmica. Como mencionamos, o discurso polêmico se caracteriza pelo contradiscurso, isto é, o locutor defende seu ponto de vista, mas ao mesmo tempo ataca a posição de seu adversário ou a pessoa ou o grupo que assume esse papel de adversário na polêmica (Amossy, 2017).

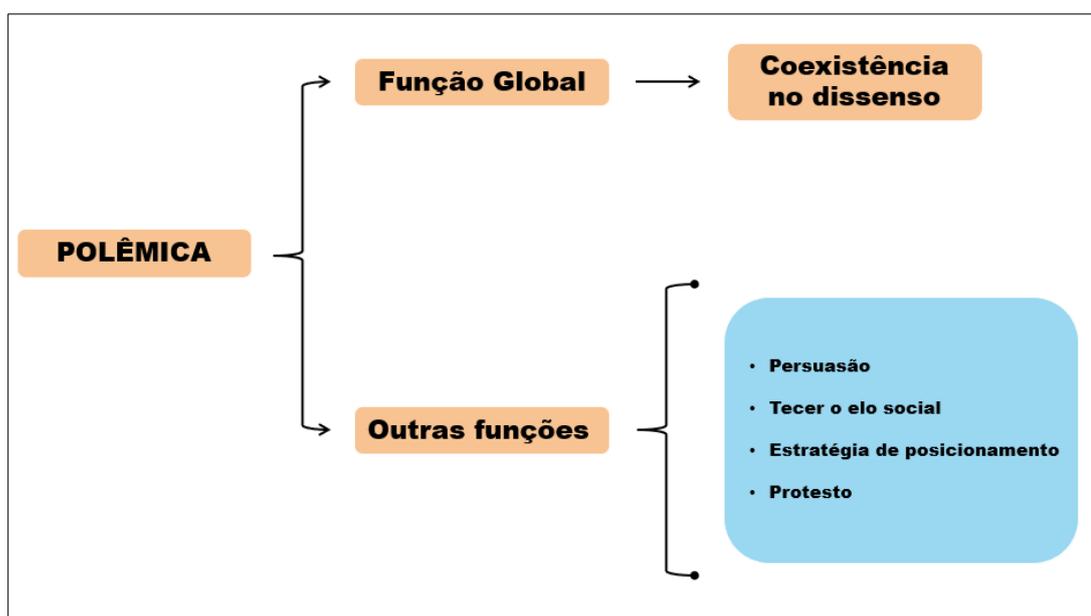
É por isso que a polarização utiliza, de bom grado, manobras de difamação. Trata-se de uma estratégia retórica para desacreditar o adversário, definindo-o como um defensor de um ponto de vista caracterizado por sua má-fé (*não autêntico*) e suas más intenções (*mal-intencionado*) (Vanderford, 1989, p. 166; tradução da autora). Não nos impressionamos, portanto, em ver que a exacerbação em grupos antagonísticos, em que cada um afirma sua identidade social opondo-se e fazendo do outro o símbolo do erro e do mal. (*ibidem*, p. 58, grifos da autora).

Diante do que foi exposto, podemos observar que a polêmica não é um fracasso por não conseguir alcançar o objetivo de persuasão atribuída ao diálogo racional, pois seu objetivo não é o consenso, já que não segue essa ordem. Seu papel, segundo Ruth Amossy, é atribuído a um “modo de gestão das disputas” em espaço democrático, por isso sua função global é a coexistência no dissenso. Entretanto, veremos que ela não se limita a essa função, já que pode exercer outras funções sociais, como a de protesto, nas arenas de disputas verbais de sociedades pluralistas.

3.2 As funções sociais da polêmica

Pudemos observar que a modalidade polêmica é marcada por um contradiscurso e que gerencia o conflito por assegurar a coexistência no dissenso, mas isso não deve alimentar a equivocada ideia de que a polêmica é o resultado de um fracasso. Sustentamos, com base em Amossy (2017), que essa modalidade argumentativa possibilita a exacerbação dos conflitos participando da construção dos espaços públicos e da deliberação cidadã. Mas, para além da função global que é a coexistência no dissenso, a polêmica “pode também, de acordo com as circunstâncias, cumprir outras funções sociais” (p. 210). Vejamos abaixo o quadro que ilustra essas funções:

Quadro 3 – As funções da polêmica pública



Fonte: Elaborado a partir de Amossy (2017).

A função de persuasão é aquela que mais se aproxima de uma noção de retórica persuasiva, uma vez que o discurso polêmico “se desenvolve na intenção de um público que deve realizar escolhas sociais” (Amossy, 2017, p. 211). Em outras palavras, sabemos que os adversários do confronto verbal não tentam persuadir um ao outro, já que não há uma busca pelo acordo nesse tipo de interação, mas eles lançam estratégias, a exemplo das estratégias de desqualificação, para poder garantir a adesão daqueles que acompanham o confronto polêmico, e isso se faz perceber principalmente na polarização instaurada pela polêmica.

Cavalcante *et al.* (2020) explicam que, na polarização da polêmica, os atores do circuito comunicativo assumem papéis sociais de Proponente, Oponente e Terceiro. A relação de conflito está na interação entre Proponente e Oponente, aquele defende um ponto de vista ou uma tese e este se coloca como opositor desse posicionamento. Ambos tentam garantir a adesão do Terceiro, aquele que só acompanha o dissenso atualizado no espaço público.

Como dito anteriormente, na polêmica, as possibilidades de se chegar a um acordo são impossíveis, ou seja, Proponente e Oponente nunca abrirão mão de seus posicionamentos. E é por essa razão que, cientes de que não estão interagindo para serem persuadidos, nem chegarem a um consenso, os atores sociais destinam seus afazeres estratégicos à reafirmação de seus pontos de vista e às tentativas de persuadir o Terceiro, de levá-lo a aderir a um dos lados do debate, fortalecendo, dessa forma, a polarização. (*ibidem*, p. 51).

Mesmo tratando da função de protesto nesta pesquisa, reconhecemos a importância de destacar essa função da polêmica porque esse tipo de relação com o Terceiro é um aspecto presente nos protestos em polêmicas públicas, uma vez que, como veremos com mais detalhes na análise, os textos de protesto se voltam não só para o opositor ou para a autoridade, eles também recorrem ao apoio do outro, ou seja, tentam garantir o engajamento de mais adeptos ao movimento social. Em suma, podemos considerar que, na polêmica, há uma tentativa de envolver o maior número de pessoas às posições desenvolvidas pelos polemistas, bem como ocorre nos protestos situados em contextos polêmicos.

A polêmica também pode exercer a função de estabelecer elos sociais, isto é, o elo que se estabelece entre opositores e entre sujeitos que compartilham de um mesmo ponto de vista. Ou seja, para a analista do discurso, a polêmica expõe “os

grupos antagônicos aos arrazoados dos adversários” e autoriza “encontros mais ou menos virtuais no espaço público” (Amossy, 2017, p. 212). Isso quer dizer que grupos antagônicos não ignoram os arrazoados do outro grupo graças à circulação dos discursos polêmicos no espaço democrático pluralista, contrariamente a isso, esses grupos fortalecem elos antagônicos no seio de um confronto verbal.

A autora chama a atenção para o papel das novas tecnologias digitais nas construções de elos sociais nas relações polêmicas. Assim, para Amossy (2017), essas tecnologias possibilitam não apenas um jogo de oposições, mas permitem que se desenvolva, também, intensas discussões que alimentam as posições antagônicas, o que ajuda a estabelecer um elo social no confronto polêmico. Entretanto, o elo social não se dá apenas no enquadre da oposição, ele também participa na formação de grupos identitários, já que os dois lados da polêmica podem encontrar indivíduos que partilham de seu ponto de vista, fazendo polêmica do mesmo lado que eles. Isso é muito recorrente, por exemplo, na criação de comunidades identitárias em perfis de redes sociais digitais.

Para além dessas duas funções mencionadas, a polêmica pode, ainda, está relacionada à construção de *ethos* e de poder, já que, como resultado de uma interação fortemente antagônica, em que as opiniões discutidas e as identidades são postas em causa, o jogo político age para tentar despolitizar o debate público e promover pessoas e partidos políticos (Amossy, 2017). Há, portanto, um forte apelo do campo político no âmbito das polêmicas públicas, “tornando-se, assim, um ritual de posicionamento, [pondo] sempre em jogo imagens de si, que se inserem nas estratégias de promoção da sua própria pessoa” (p. 216).

Por fim, a polêmica pode, também, exercer a função social que é elemento central de nossa pesquisa, o protesto. Para a autora, essa função da polêmica ocorre nos casos em que os locutores utilizam o discurso polêmico como recurso de acusação e de denúncia. Aqui, fazemos um adendo para esclarecer que nem todo discurso polêmico é um discurso de protesto, pelo menos é o que temos observado nos casos concretos analisados pela autora em seus estudos. Por outro lado, não podemos afirmar categoricamente que todo discurso de protesto é um discurso polêmico, pois, apesar de analisarmos textos de protestos situados em polêmicas, é necessário um estudo direcionado a essa problemática.

No âmbito dos estudos sociais, Tarrow (2009) defende que o protesto ocorre na interação sustentada entre protestantes e opositores/autoridades. Amossy (2017) reconhece essa relação de força, destacando que, quando a polêmica se reveste em um discurso de protesto, não só aponta um erro, uma insatisfação, como também se levanta contra seus instigadores, adjuvantes ou defensores.

O protesto supõe uma recusa e um desejo de mudança; inscrevendo-se numa relação de força, ele acontece como um ato de resistência. Para tanto, ele faz apelo efetivamente àqueles que detêm o poder para intimar a satisfazer reivindicações ancoradas em valores éticos ou em princípios sociais. (*ibidem*, p. 213).

Salientamos que compreendemos o opositor ou a autoridade como alguém que não está apenas vinculado ao campo político. Esse alvo do protesto pode ser, também, um sujeito que detenha uma forte influência social, um status elevado que lhe garante prestígio na vida pública, e ele não se resume a apenas um sujeito, pode ocorrer que um grupo ou uma instituição assumam esse lugar que desperta as insatisfações e queixas daqueles que protestam.

Para exemplificar isso, recorreremos ao contexto em que o show da Madonna no Rio de Janeiro, em 05 de maio de 2024, coincidiu com o desastre ambiental que assolou o estado do Rio Grande do Sul. Havia toda uma expectativa de que a Rede Globo faria uma transmissão intensa sobre a situação dos gaúchos, mas o que se viu foi uma programação focada no show da rainha do pop, e isso gerou um intenso debate público, com protestos se desenvolvendo nas redes sociais digitais.

Luciano Huck, apresentador da emissora e amigo pessoal da Madonna, além de ser um nome que sempre está sendo discutido nas questões políticas e sociais do país, ou seja, é um nome relevante em uma emissora de prestígio, esteve presente no show, o que para muitos soou como um desprezo ao sofrimento das vítimas do desastre no Rio Grande do Sul. Assim, muitos textos de protestos tinham o apresentador como o alvo que representava toda uma insatisfação de um grupo contra a maior emissora do país, e contra, inclusive, às ações do próprio governo Lula, que geralmente é associado ao Grupo Globo pelos seguidores do ex-presidente Jair Bolsonaro.

A função social de protesto da polêmica se manifesta em um movimento

coletivo e não isolado, pois “o que parece certo é que uma ação coletiva, como o próprio nome invoca, não é uma ação de um indivíduo isolado, mas uma ação de diversos indivíduos que objetivam algo em comum, mesmo que haja outros objetivos discordantes” (Silva, 2018, p. 63). Mesmo que Amossy (2017) fale em um protesto individual ou social, sendo o social a expressão coletiva, essa ação individual deve ser compreendida como uma expressão individual, uma vez que o enunciado do locutor se junta à cadeia de todos os outros enunciados ali presentes naquele contexto de protesto, pois a autora admite o dialogismo como condição intrínseca de toda atividade envolvendo a polêmica pública.

Nesse sentido, a função de protesto da polêmica é caracterizada como uma ação de um grupo de pessoas que tem um objetivo comum, embora se reconheça que, no interior dessa ação, há objetivos individuais. Entretanto, o que faz as pessoas se organizarem em uma ação coletiva é o objetivo compartilhado por todos aqueles pertencentes ao grupo da ação.

Jasper (2016) chama a atenção para esse aspecto do protesto ao defender que a compreensão sobre o funcionamento de uma sociedade democrática ocorre através do exame das ações coletivas de protesto, pois essas ações coletivas dinamizam os contextos socioculturais expressando um modo de perceber o mundo daqueles que fazem parte dessa coletividade.

Neste estudo, compartilhamos desse ponto de vista do autor, pois a circulação dos textos de protesto, na rede social X, por exemplo, forma blocos que ecoam as vozes antagônicas dos sujeitos envolvidos no contexto polêmico em que surge o movimento social de protesto. Nesse sentido, “assim que se faz protestador, o discurso polêmico aparece como um meio de ação coletiva, entre outros” (Amossy, 2017, p. 213).

Salientamos, também, que, ao tratarmos de textos de protesto produzidos em contexto polêmico, estamos admitindo o circuito comunicativo que Amossy (2017) e Cavalcante *et al.* (2020) colocam como aspecto para entender o funcionamento da polêmica pública. Nesse sentido, as motivações do protesto (instrumentalidade, identidade, expressividade e emoções), descritas pela Psicologia Social do Protesto, são pensadas não apenas a partir dos traços que definem a polêmica (dicotomização,

polarização e desqualificação), como também dentro de um circuito comunicativo em que há o Proponente, o Oponente e o Terceiro.

Nas pesquisas da PSP, Klandermans (2015) fala em uma mobilização-consenso (ganhar o maior número de pessoas para a causa da ação coletiva) e uma mobilização-ação (a ação coletiva em si) na dinâmica motivacional do protesto. No entanto, nesta dissertação, vamos considerar esse processo de mobilização na relação que os adversários constroem com o Terceiro, aquele a quem eles tentam persuadir ou aqueles a quem eles tentam simpatizar e engajar pelo ponto de vista apresentado nos textos de protesto.

O diálogo que propomos entre a TAD e a PSP advém de duas razões práticas: primeiramente, apesar de compreenderem o protesto como atividade humana que se desenvolve no espaço democrático, o estudo da função social de protesto da polêmica, em Amossy (2017), carece de mais esclarecimentos.

Em segundo lugar, as motivações do protesto não são pensadas na e pela comunicação verbal no campo da PSP, o que faz necessário adequá-las ao quadro teórico apresentado por Amossy (2017), já que a Teoria da Argumentação no Discurso, além de considerar aspectos linguageiros, genéricos, dialógicos, figurais e comunicacionais, é uma abordagem textual, embora consideremos, nesta pesquisa, o texto em um sentido mais amplo que a noção de “conjunto coerente de enunciados que formam um todo [...] [em] procedimentos de ligação que comandam seu desenvolvimento” (Amossy, 2018, p. 41). Consoante Cavalcante *et al.* (2022), concebemos o texto a partir da integração de um conjunto de aspectos que respondem por sua coerência em contexto, o que nos faz analisar, nesta pesquisa, as relações intertextuais para além da superfície textual.

No próximo tópico deste capítulo, destacamos as principais motivações que conduzem a produção de textos de locutores engajados em ações de protesto a partir do quadro teórico da Psicologia Social do Protesto.

3.3 As motivações do protesto

Este trabalho, que se filia à Linguística Textual de caráter interdisciplinar, propõe uma aproximação com a chamada Psicologia Social do Protesto, uma teoria

que faz uma abordagem psicossocial tendo o sujeito como unidade de análise para compreender o movimento social. Vemos essa aproximação como a mais produtiva, dentre as teorias que lidam com o movimento social de um modo geral, por focar nas motivações dos sujeitos que participam de ações coletivas de protesto.

Destacamos, ainda, que esse sujeito da PSP é um sujeito intencional, motivado, estratégico e que pertence a uma significação sociocultural que o constitui, tal concepção de sujeito se aproxima do que é entendido como sujeito pela Linguística Textual brasileira praticada pelo grupo Protexto (Cavalcante *et al.*, 2020) e pela Teoria da Argumentação no Discurso (Amossy, 2018).

O sujeito na LT destoa dos sujeitos de outras teorias (Teorias do Colapso Social, Teoria da Mobilização de Recursos, Teoria dos Novos Movimentos Sociais etc.) que lidam com o estudo do movimento social e do protesto, pois ora pensam o sujeito exclusivamente como um elemento totalmente racional, estratégico e vazio de emoções, ora pensam o sujeito totalmente mergulhado em uma cultura, sem capacidade de agir estrategicamente por meio de uma racionalidade.

Além disso, apesar de não considerarem a análise de protestos nas mídias digitais on-line, Stekelenburg e Klandermans (2023) admitem que, desde o final da década de 1990, o mundo dos protestos mudou profundamente por causa do papel protagonista da internet e seus recursos, que deram ao mundo um estrato virtual. E, atualmente, a LT brasileira já abrange em seu quadro teórico-metodológico a análise de textos de natureza tecnolinguageira (Muniz-Lima, 2024), daí a contribuição de nossa pesquisa para os estudos sobre o protesto.

Desenvolvida desde os anos 1990 pelo professor Klandermans e seu grupo de pesquisadores, a PSP busca responder a questões como: Por que algumas pessoas participam de movimentos sociais, enquanto outras não? Qual é a dinâmica motivacional no processo de mobilização do protesto?

Para Rosa e Klandermans (2022), a insatisfação não é o único aspecto que determina a participação em protestos, mas é um ponto de partida para compreender o contexto em que o protesto se desenvolve. Além disso, esses estudiosos pontuam a importância de considerarmos as motivações do protesto em um processo de mobilização que estabelece a relação entre “demanda e oferta”.

A demanda diz respeito ao potencial que determinado contexto social tem para o engajamento em um protesto específico. A oferta, por sua vez, refere-se às oportunidades oferecidas por organizações e grupos para que tal protesto ocorra. A ligação entre a demanda e a oferta, que produz o protesto efetivamente, se dá por meio do processo de mobilização. (*ibidem*, p. 8-9).

Como observamos, a demanda refere-se ao potencial de uma dada sociedade para protestar sobre uma dada questão que gera queixas. E a oferta, por sua vez, refere-se às oportunidades oferecidas pelas organizações para que se possa protestar sobre essas queixas. Assim, a participação em um movimento social de protesto é o resultado de um processo de mobilização que traz a demanda ao encontro de uma oferta de oportunidades.

Entretanto, quando o foco é o protesto em redes sociais digitais, muitas vezes não há organizações que atuem na linha de frente do que os autores consideram como oferta. Isso se dá devido às diversas possibilidades da própria internet e das mídias digitais que se mostram suficientemente atrativas para os sujeitos agirem em campanhas de protesto, apesar dos perfis de redes sociais serem elementos atrativos para agrupar e organizar pessoas que compartilham das mesmas queixas.

Desde os anos 1980, Klandermans vem propondo uma classificação para o processo de mobilização da ação coletiva de protesto: a *mobilização-consenso* e a *mobilização-ação*. A primeira está vinculada às ideias e às posições defendidas pelo movimento de protesto, nesse sentido, esse tipo de mobilização busca convencer as pessoas “de que as causas que levam à ação coletiva são justas e os meios utilizados são legítimos, ou seja, a mobilização-consenso visa produzir simpatizantes” (Rosa; Klandermans, 2022, p. 7). A mobilização-ação refere-se a tentativa de garantir a participação dos sujeitos já simpatizantes ao movimento, pois o convencimento ou a simpatia na mobilização-consenso não são suficientes para garantir a participação efetivamente.

Quanto mais bem sucedida a mobilização-consenso for, maior será o grupo de simpatizantes que um movimento organizado poderá extrair. Ter um grupo grande de simpatizantes é de importância estratégica, porque, por uma série de motivos, muitos dos simpatizantes não se transformam em participantes. (Klandermans, 2015, p. 142).

Para ilustrar esse processo de mobilização, podemos utilizar como exemplo

a pesquisa Genial/Quaest¹³, divulgada em 7 de janeiro de 2024, que mostrou que 89% da população brasileira se coloca contra os atos golpistas de apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro no início de 2023. Ou seja, mesmo após um ano, mais da metade da população está convencida de que as manifestações bolsonaristas do 8 de janeiro eram atos golpistas e que a intervenção militar não seria uma solução saudável para os problemas do país.

No entanto, apesar do número expressivo de simpatizantes que compartilham do ponto de vista contra os atos golpistas, só uma pequena parte da população saiu às ruas, em algumas cidades brasileiras, para protestar contra e mostrar apoio às sedes dos Três Poderes que formam as instituições democráticas do país.

Nesta pesquisa, assumimos a mobilização da ação coletiva do protesto em um circuito comunicativo em que podemos observar, na polêmica, o confronto verbal entre Proponente e Oponente e a relação de influência que esses atores tentam exercer no Terceiro para garantir mais adeptos às posições do conflito.

Além de fatores como insatisfação/queixas e contexto social, Stekelenburg e Klandermans (2023) classificam as três razões fundamentais pelas quais as pessoas participam em ações coletivas de protesto: os sujeitos tentam influenciar o ambiente político e social no qual se inserem, identificam-se com um grupo como motor da participação em movimentos de protesto e buscam expressar suas emoções, seus desejos e suas visões de mundo contra os alvos da ação coletiva.

a) Instrumentalidade

Esse tipo de motivação nasce a partir de uma insatisfação diante de uma experiência psicossocial que desperta um desejo por mudança. Nesse sentido, de uma perspectiva instrumental, a ação coletiva de protesto reclama por uma solução de suas queixas, a partir de uma “percepção sobre os recursos dos movimentos e as oportunidades políticas presentes em certo contexto” (Rosa; Klandermans, 2022, p. 5).

¹³ Fonte: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2024/01/07/pesquisa-quaest-atos-8-de-janeiro.htm>.

A demanda por mudança começa com a insatisfação, seja ela a experiência da desigualdade ilegítima, sentimentos de relativa privação, sentimentos de injustiça, indignação moral sobre algum estado de coisas ou uma queixa surgida repentinamente. [...] A instrumentalidade pressupõe um movimento efetivo que seja capaz de fazer com que se cumpram algumas das mudanças desejadas ou, ao menos, mobilizar um apoio substancial. (Klandermans, 2015, p. 146-154).

Cabe destacar novamente que a noção de recursos, sustentada pelos autores, está muito vinculada à ideia de grupos e/ou organizações que promovem as condições para que o movimento se efetive. No entanto, ressaltamos, mais uma vez, que esses estudos não foram desenvolvidos pensando no cenário atual em que os protestos se desenvolvem com frequência nas mídias digitais on-line, um espaço que por si só já oferece uma multiplicidade de recursos tecnológicos para que o protesto se desenvolva.

O exemplo a seguir ilustra a motivação instrumental a partir de um texto produzido no contexto envolvendo a morte de Ana Clara Benevides Machado, que, em 17 de novembro de 2023, morreu após passar mal dentro do Estádio Nilton Santos, o Engenhão, onde foi realizado o show da cantora Taylor Swift para um público de 60 mil pessoas em um dia marcado pelas altas temperaturas no Rio de Janeiro.

Exemplo (3) – Projeto de Lei Ana Benevides



Fonte: X.

Uma grande comoção nacional se desencadeou pelo fato de que a F4T (organizadora do evento) impediu o acesso do público com garrafas d'água, gerando diversas críticas e repercussão negativa nas mídias. Como consequência dessa mobilização, o assunto sofreu interferências políticas quando o então ministro da Justiça, Flávio Dino, decidiu editar portaria que liberasse a entrada com garrafas d'água em espetáculos.

Além disso, houve protestos nas redes sociais para a implementação de leis que pudessem garantir melhores condições em espetáculos artísticos no Brasil. A

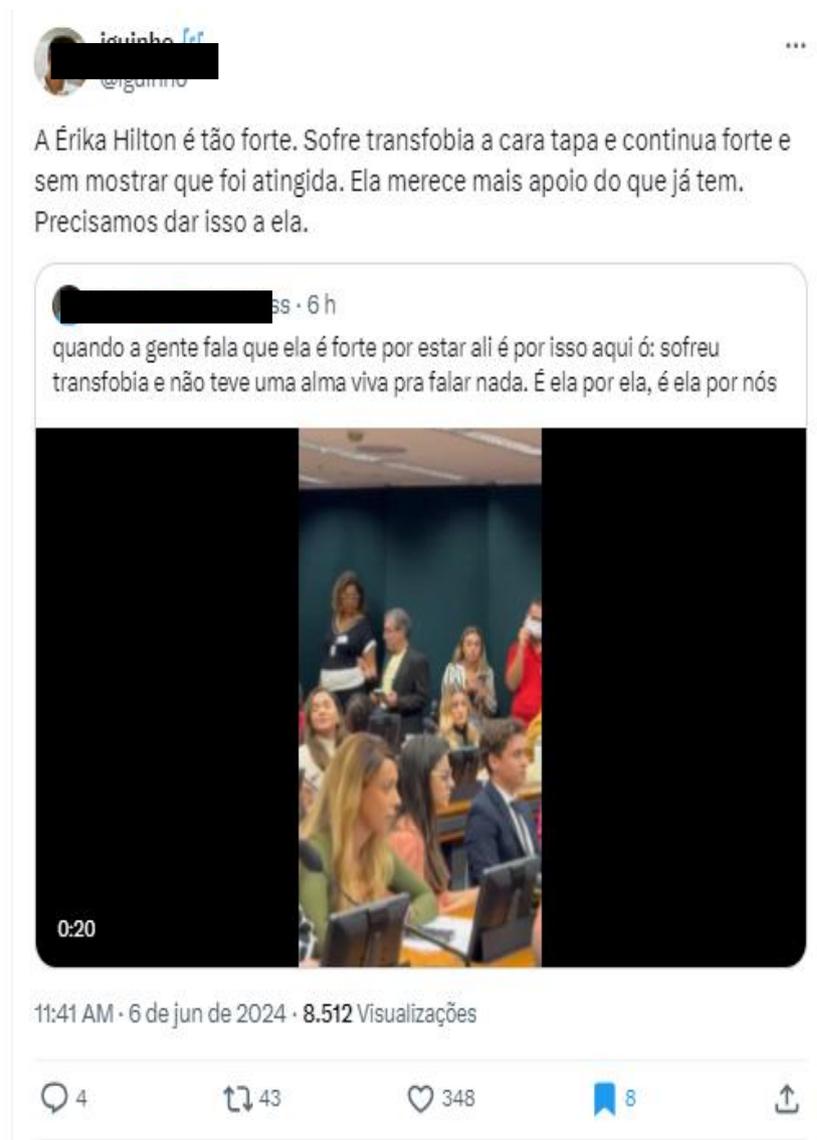
petição e o abaixo-assinado, por exemplo, são, conforme Jasper (2016), formas típicas nos protestos e buscam sempre a mudança da situação que causa as queixas. Em suma, na perspectiva instrumental, as pessoas participam de ações de protesto porque querem mudar determinadas situações.

b) Identidade

Depois que os estudiosos perceberam que a instrumentalidade não era o único fator envolvido na motivação dos participantes de movimentos de protesto, passou-se a considerar o aspecto identitário como uma razão poderosa para participar de protestos em nome da identidade de um grupo. Nesse sentido, a identidade é vetor fundamental para o engajamento dos sujeitos que protestam.

A identificação de grupo parece ser o fator psicológico social fundamental como resposta à questão sobre o que leva as pessoas a se envolverem em ações coletivas, pois quanto mais as pessoas se identificam com o grupo envolvido, mais elas estão motivadas a participar na ação coletiva. [...] [A] identidade é a nossa compreensão de quem somos e de quem as outras pessoas são, e, reciprocamente, a compreensão que as outras pessoas têm de si mesmas e dos outros. (Stekelenburg; Klandermans, 2023, p. 69-70, tradução nossa).

O exemplo abaixo, selecionado de um contexto em que o deputado federal Nikolas Ferreira comete um ato transfóbico contra a deputada federal Erika Hilton, ilustra um caso em que as pessoas iniciaram um movimento de protesto contra a fala do deputado, tendo como motivação principal a identificação com o que representa a Erika Hilton na luta pelos direitos das pessoas LGBTQIA+, principalmente na reivindicação de direitos para pessoas trans na sociedade brasileira.

Exemplo (4) – Protesto contra o ato transfóbico sofrido por Erika Hilton

Fonte: X.

Em uma reunião, no dia 5 de junho de 2024, da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, durante uma discussão entre Erika e a deputada Júlia Zanatta, Nikolas proferiu a seguinte fala para a deputada trans: “pelo menos ela é ela”, fala apontada como um ato transfóbico e criminoso. O ocorrido foi compartilhado pelo próprio deputado em um vídeo divulgado em seu perfil no X, e, por conta disso, milhares de pessoas tiveram conhecimento do caso e deram início a uma ação de protesto na própria rede social X.

Os dois internautas, no exemplo em tela, em que um retuita o texto do outro, manifestam os laços identitários que os une à causa de defesa pela deputada Erika

Hilton, pois “é ela por ela, ela por nós”. Esses sujeitos reconhecem Erika como um símbolo forte na luta pelos direitos da comunidade LGBTQIA+, e com isso também se sentem atacados com o ato de Nikolas Ferreira.

Apesar da identidade coletiva ser um elemento fundamental no protesto, Klandermans (2015) nos adverte a olhá-la com cautela, já que ela não acarreta inevitavelmente a participação em um movimento de protesto. Para isso, o autor fala em uma identidade coletiva politizada caracterizada da seguinte forma: consiste em um maior nível de consciência do contexto sociopolítico, ou seja, uma maior compreensão do mundo social; consiste, ainda, em uma visão antagônica para o entendimento das relações sociais, nesse sentido, há grupos vistos como aliados e outros como oponentes nas arenas dos conflitos sociais do protesto. E, por último, como consequência dos dois aspectos anteriores, ela garante um maior nível de participação nas ações coletivas do protesto.

Salientamos que esse aspecto identitário do protesto se relaciona diretamente com a polarização da polêmica pública, pois esta está vinculada à interação persuasiva que os adversários estabelecem com o público que acompanha o confronto verbal. É a partir desse jogo argumentativo que os pontos de vista vão colocando questões identitárias para garantir a adesão desse público em um dos lados da polêmica.

c) Expressividade e emoções

Por um longo período as emoções foram deixadas de lado nos estudos do movimento social por conta das abordagens excessivamente estruturais e racionais da Teoria da Mobilização de Recursos e da Teoria do Processo Político. Os psicólogos sociais do protesto se inquietam com esse tipo de abordagem e passam a considerar que o movimento social de protesto é lugar para que os sujeitos expressassem suas paixões, suas visões, suas emoções, sua raiva. Nesse sentido, Klandermans (2015) destaca que:

As pessoas estavam nervosas, desenvolviam sentimentos de indignação moral sobre algum estado de coisas ou alguma decisão governamental e queriam fazer esse fato ser conhecido. Eles participam de um movimento social não apenas para forçar uma mudança política, mas também para ganhar dignidade em suas vidas através da luta e da expressão moral. (p. 152).

Essa motivação surge no modelo teórico da PSP a partir da compreensão de que emoções e racionalidade não são elementos em oposição, ou seja, dicotômicos. Na verdade, segundo Stekelenburg e Klandermans (2023), eles atuam em conjunto no processo de mobilização da ação coletiva. É o que podemos observar no exemplo (5):

Exemplo (5) – O caso envolvendo a morte do estudante Carlos Teixeira



Fonte: X.

Vítima de bullying em uma escola localizada em Praia Grande (SP), Carlos Teixeira morreu em 16 de abril de 2024 após sofrer constantes violências físicas de colegas de sua escola. O adolescente teve fraturas na costa e morreu depois de três

paradas cardiorrespiratórios. O caso foi ganhando repercussão e desdobramentos na mídia, comovendo a população brasileira (houve protestos na frente da escola de Carlos). Um vídeo começou a circular nas redes sociais mostrando Carlos reclamando para seus pais sobre dores e falta de ar. Por vários dias, internautas nas redes sociais digitais, como o X, começaram a protestar para que medidas fossem tomadas contra a gestão da escola e os alunos envolvidos.

Vemos no exemplo (5) que o internauta expressa sua indignação diante de uma situação que reflete não apenas um caso isolado, mas toda uma política nacional que envolve atos criminosos cometidos por menores de idade. Palavras como “canalhas” e “nojo” exacerbam o sentimento de raiva dirigido aos alvos: os menores de idade que cometem crimes, as instituições escolares e o Brasil (aqueles que detêm o poder para legitimar e aplicar leis mais rigorosas diante de tais situações). A partir desse exemplo, observamos que, no protesto, raiva e indignação são emoções que revelam uma avaliação sobre a situação que causa as queixas do movimento, por isso são emoções compartilhadas e não isoladas, fundamentais para o processo de participação em ações coletivas (Jasper, 2016).

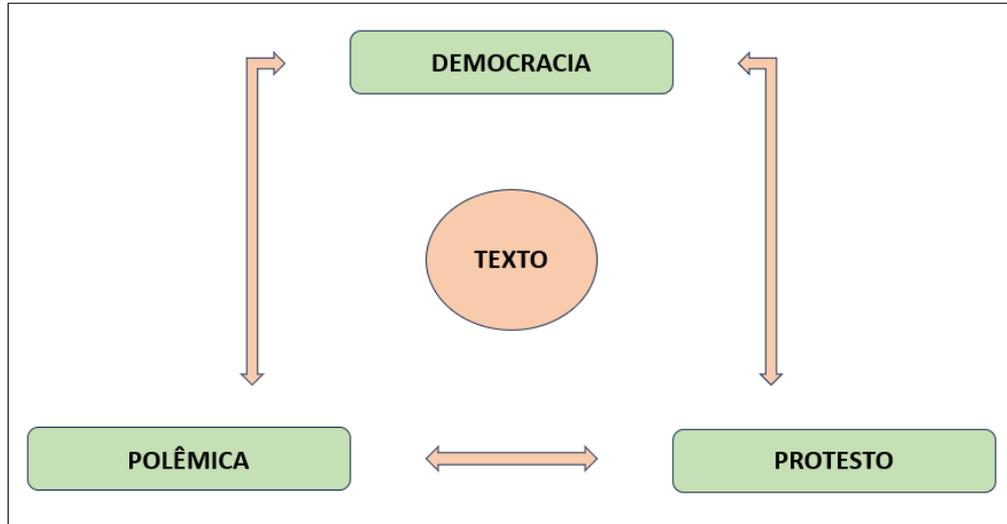
Importante destacar que a raiva à qual nos referimos é uma raiva predominantemente baseada no grupo, ou seja, uma raiva que não está relacionada apenas ao indivíduo, mas a grupos com os quais ele se identifica. A raiva leva as pessoas a terem posições mais desafiadoras diante de grupos opositores em comparação a emoções subordinadas como vergonha, desespero e medo. A raiva motiva as pessoas a lutarem contra os agentes entendidos como responsáveis pelas queixas do grupo, ela conduz as pessoas a agir por justiça, retribuição ou vingança. (Rosa, Klandermans, 2022, p. 7).

Com base no que foi apresentado sobre as motivações do protesto, fazemos uma importante observação: essas motivações não são perspectivas em disputa, elas atuam em conjunto no desenvolvimento do protesto. Um olhar mais atento aos exemplos apresentados acima nos mostra que essas motivações estão presentes em todos os textos, e se fazem perceber em menor ou maior grau. Porém, para potencializar o entendimento acerca desses elementos nos textos analisados, na parte analítica desta dissertação, optamos por tratá-los de forma separadas.

Para finalizar este capítulo, apresentamos o quadro a seguir para destacar a relação entre polêmica, protesto e democracia, sendo o texto o lugar de expressão

dessa dinâmica.

Quadro 4 – A dinâmica do texto de protesto



Fonte: Elaboração própria.

A partir desse quadro, entendemos a democracia como o elo fundamental entre polêmica e protesto, sendo a polêmica o fenômeno que possibilita o desenvolvimento de posições antagônicas, no debate verbal público, e o surgimento do protesto, este compreendido como o lugar das motivações que levam os sujeitos à ação coletiva. Entretanto, nosso interesse recai na construção do texto que manifesta o conjunto desses elementos.

Nesse sentido, reivindicamos nesta investigação que o protesto não seja apreendido apenas em seus aspectos cognitivos, culturais, políticos etc. Como lugar da experiência humana, segundo Bakhtin (2011), da vinculação entre o homem e tudo o que constitui o mundo social, o enunciado concreto¹⁴ (que para nós é o próprio texto) é o lugar de expressão dessa dinâmica de funcionamento do protesto como função social da polêmica pública. Assim, admitimos que essa função da polêmica é uma atividade social concreta que se manifesta na atividade textual de locutores engajados em ações coletivas de protesto.

¹⁴ Bakhtin (2011, 2016) leva-nos a entender o enunciado concreto como um ato que se revela como uma unidade integral da experiência do sujeito, nesse sentido, ele se dirige ao mundo da vida social e se coloca como um elemento utilizado em todas as atividades da comunicação verbal.

Desse modo, adotamos o texto como ponto de partida para compreendermos os sentidos que reforçam as motivações do protesto em textos produzidos em contexto polêmico. Assim, o texto é o centro de nossa observação e não mais um aspecto periférico que compõe a análise de outros elementos desse tipo de movimento social.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo, apresentamos o percurso metodológico pelo qual realizamos esta pesquisa, contemplando os aspectos que caracterizam a investigação, a delimitação do universo e da amostra, os procedimentos de coleta e de análise de dados e, por fim, a análise dos textos. A partir disso, pensamos na contribuição que podemos dar aos estudos sobre o movimento social de protesto nas interações digitais situadas em contextos de polêmicas públicas, considerando as relações intertextuais e o hibridismo entre linguagem e tecnologia na construção de sentidos no ecossistema digital.

4.1 Caracterização da pesquisa

O entendimento de que o texto é uma unidade complexa, reconhecida a partir de diversos estudos na Linguística Textual brasileira, tem possibilitado a interface entre os critérios analíticos da LT com outras disciplinas. Desse modo, para lidarmos com a complexidade de nosso objeto de estudo, a polêmica em textos de protesto, identificamos lacunas no interior de pesquisas anteriores para formular nosso problema de pesquisa, a fim de construir pontes com teorias, linguísticas ou não, que contribuem para a análise que propomos nesta investigação.

Como método de abordagem, nosso estudo é, conforme Lakatos e Marconi (2001), de natureza hipotético-dedutiva, tendo em vista que se origina a partir da ausência de análises intertextuais no estudo da polêmica que se manifesta em textos de protesto, o que nos levou a levantar questões que ainda não foram contempladas nos estudos da LT nem nos estudos sobre o movimento social de protesto:

a) Na rede social X, como a relação entre textos contribui para a construção de sentidos em textos de protesto produzidos em contexto de polêmicas públicas?

b) Que aspectos tecnolinguageiros reforçam a função social de protesto da polêmica no ecossistema X?

Para que tais questionamentos fossem respondidos, utilizamos uma pesquisa de natureza qualitativa e descritiva na análise dos dados. Segundo os autores supracitados, esse tipo de investigação nos possibilita analisar e interpretar

os dados a partir da descrição de características do fenômeno em estudo, bem como atribuir significados à complexidade desse fenômeno. Isso quer dizer que observamos, descrevemos e interpretamos o processo em que os diálogos intertextuais são mobilizados por locutores engajados em práticas discursivas de protesto em contexto polêmico, a partir da relação entre matéria linguageira e não linguageira (tecnológica).

4.2 Delimitação do universo e da amostra

A delimitação do universo parte do pressuposto de que a ação coletiva de protesto, na contemporaneidade, se desenvolve não apenas nas ruas ou nas ocupações de outros espaços físicos, mas também na produção e na circulação de textos de protesto no ecossistema digital. Isto quer dizer que as redes sociais, por exemplo, funcionam como espaços em que os interlocutores podem manifestar seus pontos de vista em protestos situados em polêmicas.

Nesse sentido, optamos por analisar textos de protesto produzidos na rede social X, considerando que, nesse ecossistema, as questões polêmicas ganham rapidamente a atenção de inúmeros internautas (os *Trending Topics*, por exemplo, dão destaque a vários assuntos polêmicos debatidos entre os usuários dessa rede social). Além disso, a escolha desse ecossistema, para a seleção dos dados, se dá mediante a importância de suas próprias ferramentas tecnológicas (compartilhar, curtir, retuitar com ou sem comentário etc.) para a interação de interlocutores engajados em contextos de protesto.

Por sua vez, a amostra se constitui a partir da seleção de quatro postagens na rede social X, que manifestam protestos sobre a vinda de Nicolás Maduro ao Brasil em 2023, sobre o show da Madonna em Copacabana em 2023 e sobre o PL 1904/24. Para a seleção desses tuítes, utilizamos quatro critérios:

- 1) Tuítes produzidos em polêmicas que foram destaque em 2023 e 2024 na rede social X. Para isso utilizamos os *Trending Topics* para verificar essas polêmicas em destaque;

- 2) Tuítes que possuem mil ou mais curtidas e quinhentos ou mais retuítes. Apesar de concordamos com Amossy (2017) no que diz respeito ao protesto individual

(a expressão individual, o que não anula a relação desse enunciado com os outros enunciados em determinado contexto de protesto), focamos no protesto social (a ação coletiva), por isso utilizamos esses números como um parâmetro que expressa a relação desses textos com a ação coletiva de protesto;

3) Tuítes produzidos em perfis abertos (públicos). Os perfis selecionados estão abertos ao público geral, o que nos permite fazer a coleta dos dados. Não utilizamos como critério perfis que pertencem apenas a pessoas com status político;

4) A temática debatida em torno de três polêmicos que ganharam repercussão midiática no contexto brasileiro: a vinda de Nicolás Maduro ao Brasil em 2023, o show da Madonna em Copacabana em 2023 e o PL 1904/24.

4.3 Procedimentos de coleta e de análise de dados

Como técnica de coleta de dados, utilizamos a documentação indireta, que consiste na coleta de dados disponibilizados em fontes públicas e privadas. Mas, considerando a natureza de nosso objeto, a polêmica em textos digitais de protesto, nossa principal fonte advém de perfis públicos na rede social X, por meio dos quais selecionamos os tuítes que contêm processos intertextuais estritos e a alusão ampla. Para a documentação desses dados, utilizamos o recurso de captura de tela do notebook (*printscreen*).

Após a leitura de todo o aporte teórico apresentado nos capítulos 2 e 3, seguimos os demais procedimentos para a análise dos dados:

1. A primeira parte operacional consiste na identificação dos contextos em que os textos de protesto foram produzidos. Essa contextualização nos permite relacionar esses textos de protesto com a função social de protesto da polêmica, possibilitando-nos identificar aspectos dessa modalidade argumentativa. Desse modo, com base em Amossy (2017), identificamos o confronto verbal público que dá origem à ação coletiva de protesto a partir dos pontos de vista em conflito que sustentam as polêmicas sobre a vinda de Nicolás Maduro ao Brasil em 2023, sobre o show da Madonna em Copacabana em 2023 e sobre o PL 1904/24.

2. A segunda grande etapa operacional consiste na análise das intertextualidades estritas e da alusão ampla. Nessa etapa enfatizamos esse fenômeno textual como aspecto fundamental para a polêmica nos textos de protesto, levando em conta as ferramentas tecnolinguageiras da rede social X. Para tanto, destacamos os sentidos que as relações intertextuais constroem para reforçar as motivações do protesto (instrumentalidade, identidade, expressividade e emoções) predominantes nos textos analisados. Partindo disso, buscamos demonstrar que esses sentidos manifestam posições dicotomizadas, concretizando uma polarização social e apelando a formas de desqualificar o adversário (o alvo da ação coletiva).
3. Por fim, com base nos níveis de interatividade (controle do conteúdo, caráter dialogal e sincronidade) e nos sistemas semióticos destacados por Muniz-Lima (2022, 2024), identificamos os aspectos tecnolinguageiros na interação e na disseminação dos pontos de vista conflitantes na polêmica a partir da ação coletiva de protesto no ecossistema X, com o intuito de destacarmos o funcionamento da função de protesto da polêmica dentro do ambiente digital.

4.4 Análise intertextual da polêmica em textos de protesto no ecossistema X

O ecossistema X, cujo acesso é livre e gratuito, é uma rede social digital que atualmente, somente no Brasil, conta com mais de 22 milhões de usuários¹⁵. Há constantemente, nessa rede social, confrontos verbais ancorados em questões polêmicas, daí o rápido desenvolvimento de movimentos sociais de protesto nesse ecossistema digital.

O tuíte (nome dado ao texto produzido nessa rede social) suporta, no máximo, até 280 caracteres, faz uso de recursos linguageiros e tecnológicos (botões de curtir, de compartilhar, links, hashtags, enquetes etc.) e se constitui de variados sistemas semióticos (imagens dinâmicas e estáticas, gestos, sons etc.), o que implica em várias formas em que os interlocutores podem criar diálogos intertextuais para a

¹⁵ Levantamento de dados feito pelo DATAREPORTAL. Consultar em: <https://datareportal.com/reports/digital-2024-brazil>.

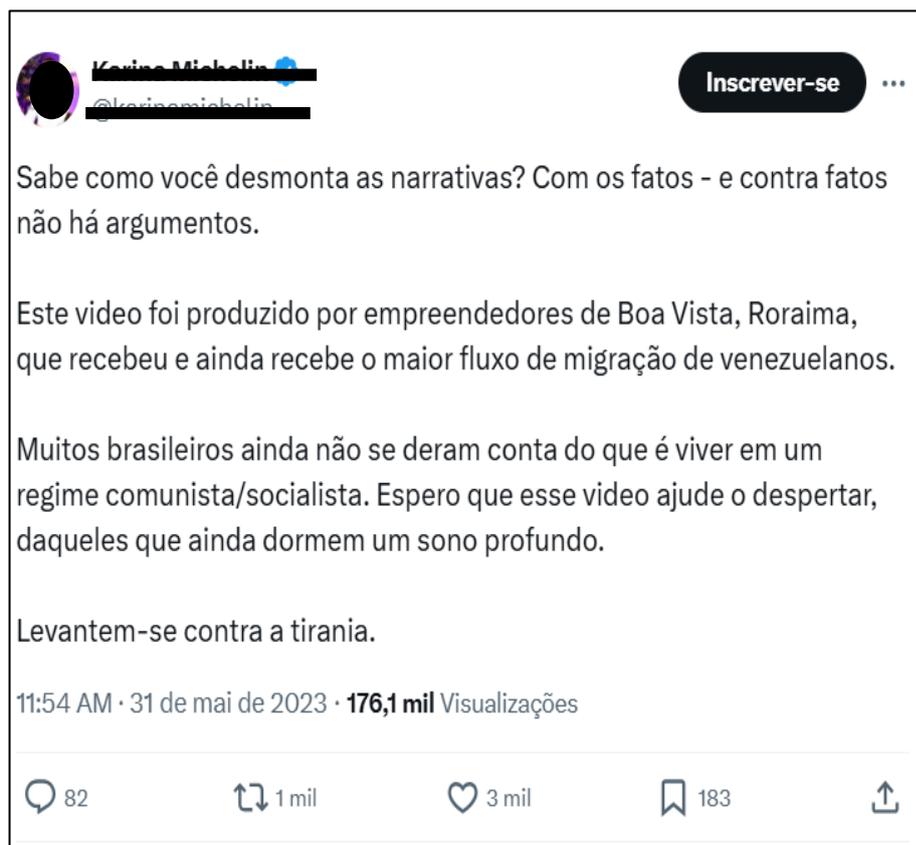
construção de sentidos em textos de protesto na interação digital que ocorre no ecossistema X.

Nesta análise, concordamos com os psicólogos sociais do protesto sobre as três principais motivações que, em conjunto, fazem parte do protesto, no entanto, por uma questão didática para esta dissertação, optamos por tratá-las em subtópicos separados, dando ênfase à motivação que é predominante em cada texto.

4.4.1 Instrumentalidade

No tocante à instrumentalidade, os textos 1 e 2 foram produzidos como protesto contra a vinda do presidente da Venezuela ao Brasil em maio de 2023.

Texto (1) – Tuíte sobre a vinda de Maduro ao Brasil



Fonte: X.

Em 29 de maio de 2023, Nicolás Maduro, presidente da Venezuela, veio

ao Brasil pela primeira vez desde 2015, para participar de um encontro promovido pelo presidente Luís Inácio Lula da Silva. Antes de sua chegada, já existia uma repercussão negativa por parte da política de oposição ao governo Lula, por parte de grupos midiáticos e, principalmente, por parte de vários internautas em suas redes sociais, como no X.

Cumpramos destacar que essa repercussão negativa foi fruto de todo um histórico que envolve a relação de Maduro com Jair Bolsonaro e seu sistema de governo na Venezuela. Durante sua passagem pela presidência do Brasil, Bolsonaro desfez as relações políticas e diplomáticas com o governo de Maduro, logo após assumir a presidência do país em 2019, passando, ainda, a reconhecer o opositor Juan Guaidó como o legítimo presidente da Venezuela. Além disso, associava a imagem de ditador do governo venezuelano de Maduro ao modelo de governo do Partido dos Trabalhadores (PT).

Desse modo, a vinda do presidente venezuelano atualiza a polêmica em torno de questões sobre a ideologia de direita e de esquerda e sobre a oposição entre democracia e ditadura, dicotomizando pelo menos dois pontos de vista em conflito: o presidente de um país democrático não deve aceitar a visita de um ditador *versus* um país democrático deve manter relações diplomáticas com outras nações, independente de qual seja o sistema político dessas outras nações. É esse primeiro ponto de vista que desencadeia a função social de protesto dessa polêmica, o que podemos observar nos textos a seguir.

No texto 1, K. M., que é jornalista pela TV Host, produz um texto que, em sua composição, combina elementos verbais, audiovisuais e tecnológicos. Ao tratar da imigração de venezuelanos para o Brasil, por meio de uma pergunta retórica (“Sabe como você desmonta as narrativas?”), a internauta faz citação a um vídeo¹⁶ para demonstrar os fatos (a condição miserável e desumana em que se encontra o povo da Venezuela sob o governo de Nicolás Maduro é incotestável) e derrubar qualquer tentativa de questionamento do adversário e, desse modo, garantir mais adpetos à ação coletiva de protesto, ou seja, garantir a adesão do Terceiro na

¹⁶ Não conseguimos recuperar o vídeo que estava nesse tuíte, pois ele foi removido pela própria rede social X, mas conseguimos saber de seu conteúdo por causa de alguns comentários feitos na postagem de K. M.: trata-se de um vídeo que mostra venezuelanos consumindo comidas estragadas por conta das condições socioeconômicas de seu país.

polêmica.

Essa citação contribui para conduzir o interlocutor a perceber uma realidade que possivelmente pode se tornar a realidade do Brasil, e é a visita de Maduro no governo de Lula que reflete essa possibilidade. Ao mesmo tempo em que gera o medo e induz o interlocutor à revolta a partir da citação ao vídeo, a internauta convoca esse interlocutor para uma mobilização coletiva (“Levantem-se contra a tirania”) contra a vinda do presidente da Venezuela e contra o próprio governo do presidente Lula, a fim de garantir a saída de Maduro do Brasil e o *impeachment* de Lula da presidência. Esses sentidos reforçam a motivação instrumental que respalda o ponto de vista da autora, uma vez que aponta e desqualifica os alvos da ação coletiva (Lula e Maduro, os tiranos, os ditadores, os comunistas) para gerar uma mudança no cenário político brasileiro.

O texto 1 teve um alcance de 174 mil pessoas no momento em que fizemos o print de tela, um dado disponibilizado automaticamente pelo próprio sistema da rede social X. Esses números, no entanto, não garantem que todos esses interlocutores tenham concordado com a posição assumida pela jornalista. Nesse tipo de interação tecnolinguageira, defendemos que a ação direta do interlocutor que nos garante apreender sua concordância com a locutora está no número de curtidas da postagem (4.097 curtidas, representadas pelo ícone de coração).

Entretanto, apesar de reconhecermos a importância do botão de curtir para o engajamento e o algoritmo do protesto no X, destacamos que é no recurso tecnológico de retuitar que a ação coletiva se concretiza nesse ecossistema por meio das relações intertextuais que se desenvolvem na interação.

Se, por um lado, os 92 comentários vão estabelecer relações intertextuais de metatextualidade com o texto 1 (representados pelo ícone de balão de conversa), os retuítes (1.992, representados pelo ícone de duas setas que formam um quadrado) revelam pelo menos dois possíveis diálogos intertextuais, segundo Costa (2024): citação (retuíte com comentário) ou transposição (retuíte sem comentário), em que “qualquer interação feita no novo texto é direcionada ao texto-fonte, ou seja, se um seguidor do usuário que fez o retuíte curtir a publicação, a curtida é direcionada ao texto-fonte por meio do texto alvo” (p. 68).

É essa agentividade do interlocutor, que aqui entendemos como uma forma de controle de conteúdo, que garante a função social de protesto da polêmica nesse ecossistema digital, pois ao retuitar o interlocutor mostra que não só concorda com a posição de K. M. na polêmica que se manifesta no texto de protesto, como também se junta para fazer coro com a voz da autora, aspecto que podemos observar no próximo tuíte.

Texto (2) – Tuíte sobre Maduro e Lula



Fonte: X.

No texto 2, o locutor faz um retuíte do texto 1 e acrescenta palavras de ordem (“Fora Maduro. Fora Lula!”) que são típicas em cenários de protesto. Nesse sentido, ele concorda com o ponto de vista apresentado pela jornalista e reforça esse ponto de vista a partir de uma motivação instrumental que exige a saída de Maduro do Brasil e a destituição de Lula de seu cargo político. Nesse tipo de interação, alguns aspectos merecem atenção nessa agentividade tecnológica do locutor: a primeira diz

respeito ao retuíte que manifesta uma relação intertextual de citação (retuíte com comentário), marcada pela forma geométrica retangular, além disso, conta com a autoria desse texto-fonte através do @ da jornalista, incluindo, ainda, a data de publicação (31/05/2023) da postagem – informações que são automaticamente dispostas pela rede social X em casos de retuíte. No texto 2, podemos considerar que essa retomada intertextual por citação funciona como uma espécie de argumento de autoridade, já que o autor do texto 2 poderia citar outros textos situados naquele protesto, mas escolhe o texto de K. M. que é uma jornalista, profissional que, em tese, é responsável em repassar a verdade e os fatos.

Desse modo, observamos a relação constitutiva entre linguagem e tecnologia na rede social X para as relações intertextuais que sustentam os pontos de vista fundamentados em uma motivação instrumental, e também destacamos esses aspectos tecnolinguageiros para a concretização da ação coletiva de protesto, dando ênfase às ferramentas do X que garantem agentividade ao interlocutor na interação, isto é, o controle de conteúdo do texto citado que, na ação coletiva de protesto, pode estabelecer a união de vozes nesse ecossistema digital.

4.4.2 Identidade

O texto 3 manifesta a motivação identitária do locutor e foi produzido no contexto do show da Madonna na Praia de Copacabana em maio de 2024.

Texto (3) – Tuíte sobre dois Brasis



Fonte: X.

No primeiro semestre de 2024, foi anunciado que Madonna realizaria um show no Rio de Janeiro no mês de maio. O espetáculo da rainha do pop coincidiu com as enchentes que atingiram 94% das cidades do Rio Grande do Sul entre os meses de abril e maio de 2024. A mídia televisiva e as mídias digitais on-line faziam a cobertura sobre a tragédia ambiental do povo gaúcho, mas, com a aproximação do show da cantora norte-americana, a Rede Globo, maior emissora de televisão do Brasil e uma das patrocinadoras do evento musical, passou a dar menos atenção à situação do RS em seus programas e telejornais para focar em Madonna.

Essa atitude despertou insatisfação por uma parte da população brasileira que acusou a emissora carioca de não se importar com o sofrimento dos gaúchos. A discussão se estendeu e se intensificou quando Luciano Huck, um dos principais funcionários da emissora, apareceu no show da Madonna ao lado de familiares e amigos, o que acarretou uma polêmica pública que pôs em disputa duas posições

dicotomizadas: alguns defendiam que seria imoral celebrar um show enquanto outras pessoas, da mesma nação, sofriam com perdas de amigos e parentes e de bens materiais em um desastre ambiental; outros defendiam que a celebração em um show não anularia a ajuda dada ao próximo naquela situação em que se encontrava o RS. No entanto, verificamos que a função de protesto dessa polêmica se deu somente a partir dos adeptos do primeiro ponto de vista.

Na polarização instaurada pela polêmica, o locutor (L. R.), que é um grande empresário brasileiro e alinhado ideologicamente às posições do bolsonarismo, dá ênfase a duas identidades e a suas respectivas formas de reagir diante da situação do RS, pois são “Dois Lucianos muito ricos, dois Brasis muito diferentes”. O internauta descreve essas duas identidades apelando a alusões amplas e, para fundamentar seu ponto de vista, cita dois textos no tuíte.

Ao descrever Luciano Hang como “censurado na rede, perseguido pelo sistema e tratado como uma ameaça à democracia”, o empresário retoma um conjunto de textos divulgados nas mídias televisivas e nas redes sociais que tratam sobre o envolvimento de Hang nas operações da Polícia Federal (PF) sobre o inquérito que apura a divulgação de notícias falsas, conduzidas pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Apesar de aludir de forma ampla a esses textos, o locutor provoca uma quebra de expectativa mencionando a sensibilidade e as ações de Luciano Hang para ajudar as pessoas do Rio Grande do Sul.

Por outro lado, Luciano Huck é descrito como um “Defensor da democracia” e festejado pelo establishment socialista”, o que alude amplamente e de forma irônica, se formos observar o uso de aspas entre “Defensor da democracia”, a conduta do apresentador brasileiro nos assuntos sociais e políticos do Brasil. Huck, que cogitou uma candidatura às eleições presidenciais de 2022, é conhecido por ajudar pessoas pobres em vários quadros de seus programas na Rede Globo e, em inúmeras ocasiões, mostrou-se contrário a várias ações do governo Bolsonaro. Embora goze dessa imagem de solidário e popular entre os mais necessitados, novamente o locutor quebra a expectativa do interlocutor mostrando que o apresentador não só usou dinheiro público para ir ao show da Madonna em Copacabana, como também não prestou nenhum auxílio às vítimas das enchentes no RS.

No texto 3, dois textos são citados, marcados pela forma geométrica quadrada no tuíte, para fundamentar essas duas identidades descritas pelo locutor: a citação de um vídeo de 4 segundos divulgado pelo empresário Luciano Hang em suas redes sociais, em que fala sobre as ações que estão sendo tomadas para ajudar o RS, e um print de tela de uma postagem feita pelo Luciano Huck no *story* de seu perfil na rede social Instagram, mostrando o apresentador acompanhado de sua mulher e amigos no show da Madonna em Copacabana.

Inferimos que o locutor se identifica com o Brasil do Luciano Hang (o Brasil que é sensível às verdadeiras causas que importam e que merecem atenção), citando um vídeo que reforça esse Brasil, e desqualifica o Brasil de Luciano Huck, que é o alvo do protesto, com a citação do print de tela (o Brasil que é imoral e insensível – as empresas patrocinadoras do show, a prefeitura do Rio de Janeiro e a audiência do espetáculo). Destacamos, ainda, que não há uma transposição na citação do *story* de Luciano Huck, tendo em vista que esse texto não foi compartilhado diretamente do ecossistema Instagram para o ecossistema X, já que os dois textos foram citados por meio do recurso tecnológico “inserir imagem”, que pode ser imagem estática (o print de tela) ou dinâmica (o vídeo).

Essa ferramenta de inserir imagens sustenta a posição assumida por Costa (2024) no que diz respeito ao caráter intertextual de algumas ferramentas tecnológicas da rede social X. Além disso, podemos observar um conjunto de sistemas semióticos (a escrita, a imagem, o som e a oralidade) na construção dos sentidos desse texto, que, por sua vez, no momento do print de tela para esta pesquisa, foi visualizado por quase 480 mil usuários da rede social X.

Produzido no contexto do protesto situado na polêmica que se originou com a ida de Luciano Huck ao show da Madonna, notamos que esse texto apresenta expressivos níveis de interatividade (o caráter dialogal com os 869 comentários, que podem ou não concordar com o ponto de vista do locutor, e o controle de conteúdo que se expressa nos 7 mil retuítos do texto de L. R.). São esses aspectos tecnolinguageiros da rede social X que podem revelar novas relações intertextuais (citação, paráfrase e metatextualidade) pertinentes para a manifestação coletiva do protesto nesse ecossistema digital, principalmente no que diz respeito aos sujeitos que se identificam como um grupo que defende uma posição na polêmica.

4.4.3 Expressividade e emoções

Para a análise intertextual do texto de protesto que manifesta a expressividade e emoções, selecionamos um tuíte situado na polêmica pública que envolve o Projeto de Lei 1904/24.

Texto (4) – Tuíte sobre o PL 1904/24



Fonte: X.

Em junho de 2024, o deputado federal Sóstenes Cavalcante do Partido Liberal (PL-RJ) apresentou, juntamente com outros deputados da Frente Parlamentar Evangélica, o texto do Projeto de Lei 1904/24, com o objetivo de criminalizar o aborto após 22 semanas de gestação, incluindo os casos de estupro. A proposta recebeu duras críticas por parte de outros políticos e militantes, bem como atualizou a polêmica sobre o aborto no Brasil, uma questão que sempre levanta um debate que dicotomiza e polariza valores em disputa e princípios sociais, políticos e religiosos divergentes.

Nessa polêmica, em particular, há aqueles que defendem o direito da mulher de fazer a interrupção voluntária da gravidez em casos de estupro, em casos de risco à vida da gestante etc., e, por outro lado, há aqueles que, amparados em discursos conservadores e religiosos, assumem uma posição antiaborto, uma oposição à prática do aborto induzido. Nesse contexto, esses pontos de vista em conflito revelam a dicotomização que gerencia o confronto verbal instaurado na polêmica sobre o PL 1904/24.

Essa polêmica gerou protestos nas ruas e nas redes sociais. Milhares de mulheres de várias idades e de diversas cidades brasileiras foram às ruas protestar contra o “PL do Estupro” e, nas redes sociais, como no X, onde o assunto ficou em evidência nos *Trending Topics* por mais de uma semana, diversos internautas se manifestaram contra esse projeto de lei.

No texto 4, para reforçar o sentimento de indignação, o locutor faz uso de recursos verbais, imagéticos e tecnológicos. O enunciado “Essa turma nunca eganou!” funciona como uma conclusão que o próprio locutor chega a partir da charge do artista JorgeOMau. Na charge, podemos observar que há uma menina negra grávida com expressão de raiva, segurando um spray de tinta vermelha após transformar as siglas PL em Pedofilia Liberada. Numa relação intertextual estrita, marcada pela forma geométrica quadrada, o locutor faz citação a essa charge para apontar os reais efeitos do PL 1904/24 e reforçar a indignação diante de tal proposta que endossa os interesses daqueles que propõem o projeto de lei.

Entretanto, destacamos que, além da citação, há outra relação intertextual estrita, por meio da paródia, que conduz o interlocutor a dois possíveis sentidos que o locutor sugere para revelar esses efeitos do PL a partir dos interesses do adversário. Primeiro, podemos identificar os responsáveis (ou a “turma” que não engana, segundo a expressão utilizada pelo locutor) por tal proposta de lei. Em outras palavras, o Partido Liberal, partido em que o ex presidente Jair Bolsonaro é o principal representante, é colocado como responsável pelo projeto que irá consequentemente aumentar o número de casos de estupro, principalmente nos casos de estupro de menores. A paródia se dá na transformação dos termos “Partido Liberal” por “Pedofilia Liberada”, reforçada pelas cores verde e amarelo muito utilizadas pelos apoiadores do ex presidente brasileiro. Aqui destacamos que essas cores estabelecem uma

relação intertextual de alusão ampla, retomando um conhecimento compartilhado na sociedade brasileira, já que em inúmeras ocasiões Bolsonaro e seus apoiadores se apropriaram das cores da bandeira do Brasil como forma de mostrar uma postura patriota.

Em segundo lugar, podemos considerar que o conteúdo parodiado é o próprio “Projeto de Lei” (o texto apresentado pelo deputado Sóstenes Cavalcante) por “Pedofilia Liberada”, para destacar o malefício desse PL para o contexto brasileiro, ressaltando quem são as principais vítimas do PL dos bolsonaristas e políticos evangélicos: meninas e negras. É preciso destacar, ainda, que esses sentidos contribuem para desqualificar os alvos do protesto (o PL e seus proponentes), pois, ao manifestar indignação apresentando os efeitos do PL e os interesses do adversário, o locutor, cujo texto teve um enorme alcance na rede social X, tenta garantir que seu interlocutor se sensibilize e tenha bom senso para julgar o projeto de lei e, desse modo, engajá-lo a um dos lados da polêmica que defende o direito da mulher na prática do aborto no Brasil.

Algumas ferramentas do próprio ecossistema X merecem destaque para a produção desse texto: a opção de inserir imagem que, como já mencionamos, revela um caráter intertextual, pois permite a citação a outro texto, e, embora não seja necessário por conta da identificação do autor na própria charge, o @ utilizado para identificar a autoria do texto citado. Assim, na produção do texto, há elementos verbais (o comentário do locutor (Essa turma nunca enganou!) e “Pedofilia Liberada” da charge), imagéticos (o conteúdo visual da charge) e gestuais (a expressão de raiva da menina representada na charge) que, em conjunto, constroem os sentidos para esse texto de protesto.

Por fim, notamos que, no momento da captura de tela para esta pesquisa, o tuíte alcançou mais de 400 mil internautas, o que constata novamente a importância desse ecossistema para a função social de protesto da polêmica. Entretanto, apenas 39 mil curtiram e 7 mil retuitaram o tuíte, revelando formas distintas em que o interlocutor reage ao conteúdo do texto no ecossistema X, sendo que nos casos de retuíte, há outros diálogos intertextuais que vão ou reforçar e ampliar a ação coletiva do protesto (como uma espécie de vozes em coro) ou dicotomizar com o ponto de vista assumido pelo autor do tuíte, pois nem sempre se cita para concordar.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dado a importância e as possibilidades de interação na rede social X, a função social de protesto da polêmica, na contemporaneidade, tem se desenvolvido nesse ecossistema que funciona como palco de ações coletivas. O texto, que nessa mídia digital se constitui pela multimodalidade e pela relação entre linguagem e tecnologia, ganha características distintas dos textos de protestos de rua, que geralmente usam cartazes, panfletos, o canal fônico etc.

Diante desse novo repertório da ação coletiva de protesto, propomos uma análise intertextual da polêmica em textos de protesto produzidos na rede social X, afim de compreendermos a dinâmica de funcionamento desses textos a partir de um conjunto de aspectos tecnológicos e linguageiros que respondem por sua coerência em contexto. Desse modo, alinhamo-nos a uma noção de texto que assume uma posição pós-dualista diante das atividades textuais produzidas na interação digital online, posição que nos permite a análise do critério intertextual no ecossistema digital X.

Além disso, partimos de uma noção ampla de argumentação para compreender a polêmica como uma modalidade argumentativa que instaura, em alguns casos, a função social de protesto. Na análise, pudemos constatar que a polêmica dicotomiza duas posições que se excluem mutuamente, porém, a função de protesto tem a tendência a se desenvolver em um desses lados da polêmica e não nos dois lados.

Constatamos, ainda, com base em Costa (2024), que alguns recursos da rede social X estabelecem relações intertextuais, e, a partir da análise do *corpus*, verificamos que o caráter intertextual dessas ferramentas tecnológicas é pertinente não só para a construção de sentidos que reforçam as motivações dos sujeitos engajados em práticas de protesto (instrumentalidade, identidade, expressividade e emoções), como também contribuem para disseminar a ação coletiva de protesto no ecossistema digital. As opções de inserir imagem (prints de tela e vídeos) e de retuitar com comentário comprovam o caráter intertextual de alguns aspectos tecnológicos do X.

Outro ponto importante de nossa análise diz respeito à agentividade do

interlocutor por meio do controle de conteúdo, que é um aspecto tecnolinguageiro da interação digital, segundo Muniz-Lima (2024). Constatamos que a citação por meio do retuíte, no protesto, é uma das formas possíveis que garante o agrupamento das vozes que se juntam para a ação coletiva de protesto na rede social X, pois se nas ruas as pessoas se agrupam presencialmente para protestar, o que vai garantir essa presentificação no ecossistema X, ou seja, esse agrupamento, são as relações intertextuais de citação que se dão a partir do retuíte, o compartilhamento do texto do outro. Isso não quer dizer, entretanto, que esse compartilhamento (a citação) é sempre para concordar, mas se mostra como uma das possibilidades de se engajar e de engajar mais interlocutores (o Terceiro) no protesto situado em um dos lados da polarização da polêmica.

Assim, vemos que, para além da disseminação dos textos de protesto na rede social X, o fenômeno linguístico analisado contribui para manifestar um desejo de mudança social ou política, destacar um aspecto identitário que une sujeitos diante de uma causa, ou, ainda, enfatizar sentimentos que impulsionam a ação coletiva. É a partir dessas motivações que os locutores mobilizam as relações intertextuais para desqualificar o adversário, que, na função social de protesto da polêmica, é entendido como o alvo da ação coletiva.

Por fim, acreditamos que este trabalho de dissertação seja uma contribuição para os estudos na Linguística Textual, uma vez que essa função social da modalidade argumentativa polêmica não havia ainda sido contemplada pelas pesquisas que envolvem o texto e seu aspecto intertextual. Consideramos, ainda, que esta pesquisa contribua para disciplinas que estudam o movimento social de protesto em outras áreas, tendo em vista que nosso olhar investiga este fenômeno no espaço digital on-line. Entretanto, ressaltamos que se trata de uma pesquisa que não esgota a temática aqui abordada, o que sugere que há lacunas que devem ser observadas e preenchidas em trabalhos futuros.

REFERÊNCIAS

- ADAM, J-M. **Textos: tipos e protótipos**. São Paulo: Contexto, 2019.
- AMOSSY, R. **Apologia da polêmica**. São Paulo: Contexto, 2017.
- AMOSSY, R. **A argumentação no discurso**. São Paulo: Contexto, 2018.
- AMOSSY, R. **L'argumentation dans le discours**. Paris: Armand Colin, 2006.
- AMOSSY, R. As modalidades argumentativas do discurso. *In*: LARA, G.; MACHADO, I.; EMEDIATO, W. (Org.). **Análises do discurso hoje**, vol. 1. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008, p. 231-254.
- AMOSSY, R. Argumentação e análise do discurso: perspectivas teóricas e recortes disciplinares. **EID&A**, Ilhéus, n. 1, p. 129-144, nov. 2011.
- ANGENOT, M. **La parole pamphlétaire: Typologie des discours modernes**. Paris: Payot, 1982.
- ARISTÓTELES. **Retórica**. São Paulo: Edipro, 2011.
- BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.
- BAKHTIN, M. **Os gêneros do discurso**. São Paulo: Editora 34, 2016.
- BARBOSA, J. M. M. O protesto e seus suportes. *In*: ISOLA, R. L. P. D. (Org). **Nos domínios dos gêneros textuais V. 1**. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2009.
- BENTES, A. C. Linguística textual. *In*: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Org). **Introdução à Linguística: Domínios e fronteiras**. Volume 1. São Paulo: Cortez, 2007.
- BEAUGRANDE, R. **New foundations for science of text and discourse: cognition, communication and freedom of access to knowledge and society**. Norwood: Praeger, 1997.
- CARVALHO, A. P. L. **Sobre intertextualidades estritas e amplas**. 2018. 136f. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018.
- CAVALCANTE, M. M. **Os sentidos do texto**. São Paulo: Contexto, 2018.
- CAVALCANTE, M. M.; PINTO, R.; BRITO, M. A. Polêmica e argumentação: interfaces possíveis em textos midiáticos de natureza política. **Journal Volume & Issue**, v. 32, n. 1. p. 5-24, 2018.
- CAVALCANTE, M. M. *et al.* O texto e suas propriedades: definindo perspectivas para

análise. **Revista (Com)textos Linguísticos**. Linguística Textual e Análise da Conversação: conceitos e critérios de análise, v. 13, n. 25, p. 25-39, 2019.

CAVALCANTE, M. M. *et al.* **Linguística Textual e Argumentação**. Campinas, SP: Pontes editores, 2020.

CAVALCANTE, M. M. *et al.* **Linguística textual: conceitos e aplicações**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2022.

CAVALCANTE, M. M.; CUSTÓDIO FILHO, V.; BRITO, M. A. P. **Coerência, referenciação e ensino**. – São Paulo: Cortez, 2014.

CAVALCANTE, M. M.; SOARES, M. Recategorização por nome próprio nos processos referenciais. **Revista de Letras**, Vol. 36(2), p. 115-126, 2017.

COSTA, D. C. B. **Intertextualidades em ambientes digitais**. 2024. 146 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2024.

CORRÊA, F.; ALMEIDA, M. A. B. Teorias dos movimentos sociais e psicologia política. **Psicologia Política**. v. 12, n. 25, p. 549-569, 2012.

CUSTÓDIO FILHO, V. Rediscutindo o princípio de construção negociada dos objetos de discurso. **Revista de Letras**, Fortaleza, v. 2, n. 36, p. 63-77, 2017.

DUTRA, R. B; FARIA, M. G. S. Intertextualidade e desqualificação do adversário no uso da hashtag em tuítes. **EID&A**, v. 22, n. 3, p. 92-109, 2022.

FARIA, M. G. S. **Alusão e citação como estratégias na construção de paródias e paráfrases em textos verbo-visuais**. 2014. 118 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2024.

GENETTE, G. **Palimpsestos – a literatura de segunda mão**. Edições Viva Voz, Belo Horizonte, 2010.

GRIGOLI, J. J. Quatro modelos normativos de democracia representativa: As versões elitista, liberal, pluralista, participativa e deliberativa. **Pensamento Plural**, v. 7, n. 14, p. 113-126, 2014.

JASPER, J. M. **Protesto: uma introdução aos movimentos sociais**. São Paulo: Zahar, 2016.

KLANDERMANS, B. A oferta e a demanda da participação: os correlatos psicossociais da participação nos movimentos sociais. *In*: SILVA, A. S.; CORRÊA, F. (Org). **No interstício das disciplinaridades: a psicologia política**. 1. ed. Curitiba: Editora Primas, 2015, p. 123-173.

KERFERD, G. B. **O movimento sofista**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

KOCH, I. G. V. **Introdução à Linguística Textual: trajetória e grandes temas**. São Paulo: Contexto, 2017.

KOCH, I. G. V.; ELIAS, V. M. **Ler e compreender**. São Paulo: Contexto, 2012.

KOCH, I. G. V. Como se constroem e reconstroem os objetos-de-discurso. **Revista Investigações - Linguística e Teoria Literária**, Recife, v. 21, n. 2, p. 99-114, 2008.

KOCH, I. G. V.; BENTES, A. C.; CAVALCANTE, M. M. **Intertextualidade: diálogos possíveis**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

KRISTEVA, J. **Introdução à semanálise**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

LACERDA, M. G. **As faces e as vozes da polêmica: uma abordagem enunciativo-argumentativa**. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Letras. UFMG, 381 f., 2023.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MACEDO, P. S. A. **Análise da argumentação no discurso: uma perspectiva textual**. Tese (Tese de Doutorado). Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Fortaleza, 2018.

MAINGUENEAU, D. **Sémantique de la polemique**. Lausanne: L'Âge d'Homme, 1983.

MARCUSCHI, L. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola, 2008.

MARTELOTTA, M. E. **Manual de linguística**. São Paulo: Contexto, 2017.

MARTINS, M. A. **A caracterização dos tipos de dêixis como processos referenciais**. 2019. (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal do Ceará, 2019.

MEIRELES, T. B. L. **A recategorização imagética e o compósito de gêneros na construção de sentidos e interatividade em memes verbo-imagéticos**. 2024. (Mestrado em Letras) – Universidade Estadual do Piauí, 2024.

McADAM, D.; TARROW, S.; TILLY, C. Para mapear o confronto político. **Lua Nova**, v. 76, p. 11-48, 2009.

MOUFFE, C. Por um modelo agonístico de democracia. *In*: Dossiê Democracia e Autoritarismos. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, 25, p. 11-23, nov. 2005.

MONDADA, L. **Verbalisation de l'espace et fabrication du savoir: approche linguistique de la construction des objets de discours**. Tese, Université de Lausanne, Lausanne, 1994.

- MONDADA, L.; DUBOIS, D. Construção dos objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação. *In: CAVALCANTE, M. M.; RODRIGUES, B. B.; CIULLA, A. (org.). Referenciação. Clássicos da linguística. v. 1. São Paulo: Contexto, 2003.*
- MUNIZ-LIMA, I. **Modos de interação em contexto digital.** 2022. 178 f. Tese (Doutorado em Linguística) - Programa de Pós-graduação em Linguística, Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2022.
- MUNIZ-LIMA, I. **Linguística textual e interação digital.** Campinas, SP: Pontes Editores, 2024.
- PAVEAU, M. Discursos e links: hipertextualidade, tecnodiscursividade, escreitura.. *In: CAVALCANTE, M. M.; BRITO, M. A. P. (Org). Texto, discurso e argumentação: traduções. São Paulo: Pontes Editores, 2020.*
- PAVEAU, M. **Análise do discurso digital:** dicionário das formas e das práticas. 2. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2022.
- PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA, L. **Tratado da argumentação:** a nova retórica. São Paulo: Martins Fontes, 2014.
- PINHEIRO, P. C.; VARGAS, E. S. M. As canções de protesto como pré-texto para o desenvolvimento da ética e da cidadania. **Revista das Faculdades Santa Cruz**, v. 8, n. 2, p. 17-30, 2010.
- PIÈGAY-GROS, N. Introduction à l'intertextualité. Paris: Dunod, 1996. Traduzido por CAVALCANTE, M. M.; GENTIL, M. M. F. B.; JAGUARIBE, V. M. F. **Interseções**, n. 1, p. 220-244, 2010.
- PLANTIN, C. **A argumentação:** história, teorias, perspectivas. São Paulo: Parábola, 2008.
- PRADO, M. A. M. Psicologia política e ação coletiva: notas e reflexões acerca da compreensão do processo de formação identitária do "nós". **Psicologia Política**, v. 1, n. 1, p. 149-172, 2001.
- ROGGEBAND, C.; KLANDERMANS, B. **Handbook of social movements across disciplines.** New York: Springer New York, 2007.
- ROSA, L. A.; KLANDERMANS, B. Psicologia Social do Protesto: um panorama teórico a partir da realidade brasileira. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 42, p. 1-15, 2022.
- SANTEE, N. R.; TEMER, A. C. R. P. A linguística de Roman Jakobson: contribuições para o estudo da comunicação. **Revista de Ensino, Educação e Ciências Humanas**, v. 12, n. 1, p. 73-82, 2011.
- SILVA, P. C. G. A ação coletiva: o desafio da mobilização. **Revista Movimentos**

Sociais e Dinâmicas Espaciais, Recife, v. 7, n. 2, p. 62-87, 2018.

SILVA, A. A. Os direitos humanos em conflito. **Revista Odisseia**, v. 5, n. 2, p. 18-38, 2020.

SIMÕES, J. A.; CAMPOS, R. Juventude, movimentos sociais e redes digitais de protesto em época de crise. **Comun. mídia consumo**, v. 13, n. 38, p. 130-150, 2016.

STEKELENBURG, J. V.; KLANDERMANS, B. **A social psychology of protest**. Cambridge University Press, 2023.

TAGUIEFF, P-A. L'argumentation politique: analyse du discours et nouvelle rhétorique. **Hermès**, 1990.

TARROW, S. **O poder em movimento**: movimentos sociais e confronto político. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

VENTURI, M. C. Texto/discurso no/pelo corpo como espaço de resistência, de protesto e de reivindicação. **Estudos da Língua(gem)**, p. 1-12, 2016.